



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ADMINISTRAÇÃO

DAYSE CARVALHO FARIAS

PRÁTICAS AMBIENTAIS NO SERVIÇO PÚBLICO SEGUNDO CRITÉRIOS DA
AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A PERCEPÇÃO DOS
GESTORES DO ANEXO ADMINISTRATIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DA PARAÍBA

João Pessoa

2013

DAYSE CARVALHO FARIAS

PRÁTICAS AMBIENTAIS NO SERVIÇO PÚBLICO SEGUNDO CRITÉRIOS DA
AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A PERCEPÇÃO DOS
GESTORES DO ANEXO ADMINISTRATIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DA PARAÍBA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Serviço de Estágio Supervisionado
em Administração, do Curso de Graduação em
Administração, do Centro de Ciências Sociais
Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, como
requisito obrigatório para a obtenção do título de
Bacharel em Administração.

Área: Gestão Ambiental

Orientador: Prof. Dr. Egidio Luiz Furlanetto.

João Pessoa

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F224p Farias, Dayse Carvalho.
Práticas ambientais no serviço público segundo critérios da agenda ambiental na administração pública: a percepção dos gestores do anexo administrativo do tribunal de justiça do estado da Paraíba./ Dayse Carvalho Farias. – João Pessoa: UFPB, 2013.

85f.:il.

Orientador: Prof. Dr. Egidio Luiz Furlanetto.
Monografia (Graduação em Administração) – UFPB/CCSA.

1. Sustentabilidade. 2. Agenda ambiental na administração pública.
3. Questões ambientais. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU: 35:502(043.2)

FOLHA DE APROVAÇÃO

DAYSE CARVALHO FARIAS

PRÁTICAS AMBIENTAIS NO SERVIÇO PÚBLICO SEGUNDO CRITÉRIOS DA
AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A PERCEPÇÃO DOS
GESTORES DO ANEXO ADMINISTRATIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DA PARAÍBA

Trabalho de Conclusão de Curso Aprovado em 17 de abril de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Egidio Luiz Furlanetto
Departamento de Administração – CCSA / UFPB
(Orientador)

Prof. Me. Jorge de Oliveira Gomes
Departamento de Administração – CCSA / UFPB
(Examinador 1)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais e a meu irmão que são minhas joias mais preciosas e a quem eu amo muito...

E também a todos da minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida e pela realização de mais uma conquista.

A meus pais Mariano e Edna e a meu irmão Rodrigo pelo apoio às minhas escolhas e compreensão nos momentos em que precisei.

Aos amigos e colegas de curso que estiveram presentes ao longo de toda a Graduação.

Aos professores do Curso de Administração, em especial ao Prof. Dr. Egidio Furlanetto que me orientou na elaboração desta monografia.

Aos gestores do Anexo Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba que participaram da pesquisa, sem os quais a pesquisa realizada nesta monografia não teria sido possível.

Enfim, a todos que de forma direta ou indireta me ajudaram na elaboração deste trabalho.

EPÍGRAFE

“A responsabilidade social e a preservação ambiental significa um compromisso com a vida”.

RESUMO

FARIAS, Dayse Carvalho. **Práticas ambientais no serviço público segundo critérios da Agenda Ambiental na Administração Pública**: a percepção dos gestores do anexo administrativo do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba. Monografia (Graduação em Administração). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

A questão ambiental e a sustentabilidade vêm ganhando destaque junto à sociedade e às organizações públicas e privadas. Na administração pública, área objeto do presente estudo, o assunto adquiriu maior importância nos últimos anos. O Programa do Governo Federal, Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um exemplo da atuação governamental nas questões ambientais. Este trabalho objetivou identificar as atividades relativas a questões ambientais realizadas no Anexo Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB), utilizando como modelo critérios ambientais apresentados no programa da A3P. Para atingir o objetivo, aplicou-se um questionário junto aos gestores da organização abordando dados socioeconômicos, conhecimento dos gestores e ações socioambientais do TJPB sobre a temática ambiental, além da percepção destes quanto à importância do tema. Como resultado, verificou-se que os gestores do Tribunal conhecem as ações relativas à qualidade de vida, ao uso de papel e à eficiência energética, sendo que as ações ligadas à gestão adequada de resíduos sólidos, ao uso de água, e a frota de veículos necessitam ser disseminadas e implementadas junto aos mesmos. Em relação à percepção dos participantes quanto à temática abordada no questionário, eles ressaltaram a importância da conscientização da sociedade e da participação das organizações públicas para assegurar melhores condições e qualidade de vida para a população.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Agenda Ambiental na Administração Pública. Questões ambientais.

ABSTRACT

FARIAS, Dayse Carvalho. **Environmental practices in the public service according to the criteria of the Environmental Agenda in Public Administration**: the perception of managers from administrative annex to the Court of Justice of the State of Paraíba. Monograph (Graduate Management). Federal University of Paraíba, João Pessoa, 2013.

Environmental issues and sustainability are gaining prominence in society and public and private organizations. In public administration, the area object of this study, it has become more important in recent years. The program of the Federal Government, Environmental Agenda in Public Administration (A3P) is an example of government action on environmental issues. This study aimed to identify the activities related to environmental issues held in the Annex of the Administrative Court of the State of Paraíba (TJPB), using as a model environmental criteria presented in the program of A3P. To achieve the goal, a questionnaire was applied with the managers of the organization broaching issues like socioeconomic data, managers knowledge and environmental actions of TJPB on environmental issues, beyond their perception of importance of the topic under study. As a result, it was found that managers know the Court's actions related to quality of life, the use of paper and energy efficiency, but the actions related to proper management of solid waste, water use, and vehicle fleet most widespread need to be next to them. Regarding the participants' perceptions about the theme addressed in the questionnaire, they stressed the importance of awareness of society and the participation of public organizations to ensure better conditions and quality of life for the population.

Keywords: Sustainability. Environmental Agenda in Public Administration. Environmental issues.

LISTA DE QUADROS

| | | |
|----------|---|----|
| Quadro 1 | Síntese da evolução da política ambiental brasileira – 1930/2010..... | 32 |
| Quadro 2 | Resumo dos dados socioeconômicos dos participantes da pesquisa..... | 49 |
| Quadro 3 | Resumo do conhecimento acerca das atividades socioambientais entre participantes do TJPB..... | 58 |
| Quadro 4 | Resumo do conhecimento acerca das atividades socioambientais entre participantes do TJPB..... | 59 |
| Quadro 5 | Ações do TJPB para uma gestão adequada dos resíduos sólidos gerados..... | 68 |
| Quadro 6 | Ações para promover qualidade de vida realizadas pelo TJPB..... | 70 |

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|-----------|---|----|
| Figura 1 | Sexo dos entrevistados..... | 46 |
| Figura 2 | Faixa etária dos entrevistados..... | 46 |
| Figura 3 | Nível de escolaridade dos participantes da pesquisa..... | 47 |
| Figura 4 | Tempo de serviço no TJPB..... | 48 |
| Figura 5 | Cargo ocupado pelos gestores do TJPB..... | 48 |
| Figura 6 | Conhecimento sobre atividades socioambientais no TJPB..... | 51 |
| Figura 7 | Conhecimento sobre a A3P..... | 52 |
| Figura 8 | TJPB aderiu ou pretende aderir à A3P?..... | 53 |
| Figura 9 | TJPB participa da coleta seletiva da cidade?..... | 54 |
| Figura 10 | Sensibilização e capacitação dos servidores do TJPB quanto à responsabilidade socioambiental | 55 |
| Figura 11 | Uso das licitações sustentáveis pelo TJPB..... | 56 |
| Figura 12 | Existe monitoramento quanto ao consumo de água, luz e papel no TJPB?..... | 57 |
| Figura 13 | Ações do TJPB para uma gestão adequada dos resíduos sólidos gerados..... | 61 |
| Figura 14 | Ações para promover qualidade de vida realizadas pelo TJPB..... | 62 |
| Figura 15 | Ações do TJPB quanto ao uso do papel na organização..... | 64 |
| Figura 16 | Ações do TJPB para atingir eficiência energética..... | 65 |
| Figura 17 | Ações do TJPB para atingir menor gasto com água..... | 66 |
| Figura 18 | Ações do TJPB quanto à frota de veículos..... | 67 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|---|
| A3P | Agenda Ambiental na Administração Pública |
| TJPB | Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba |
| RMA | Rede de Organização Não-Governamental da Mata Atlântica |
| SEMA | Secretaria Especial do Meio Ambiente |
| IBAMA | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis |
| PNMA | Programa Nacional de Meio Ambiente |
| SISNAMA | Sistema Nacional do Meio Ambiente |
| CONAMA | Conselho Nacional do Meio Ambiente |
| OEMA | Órgão Estadual do Meio Ambiente |
| PND | Plano Nacional de Desenvolvimento |
| CONDEMAS | Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente |
| FNMA | Fundo Nacional de Meio Ambiente |
| SEMAM/PR | Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República |
| CNUMAD | Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento |
| MMA | Ministério do Meio Ambiente |
| DCRS | Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental |
| SAIC | Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura |
| PPA | Plano Plurianual |
| LER-DORT | Lesões por Esforços Repetitivos e Distúrbios Osteo-musculares Relacionados ao Trabalho |

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 13 |
| 1.1 | OBJETIVOS..... | 14 |
| 1.1.1 | Objetivo Geral..... | 14 |
| 1.1.2 | Objetivos Específicos..... | 14 |
| 1.2 | JUSTIFICATIVA..... | 15 |
| 1.3 | CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA..... | 17 |
| 1.4 | APRESENTAÇÃO GERAL DO TRABALHO..... | 18 |
| 2 | REFERENCIAL TEÓRICO..... | 19 |
| 2.1 | INTRODUÇÃO E CONCEITOS..... | 19 |
| 2.2 | TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA..... | 21 |
| 2.3 | POLÍTICAS DE GESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL..... | 26 |
| 2.4 | AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA..... | 34 |
| 2.4.1 | História da A₃P..... | 34 |
| 2.4.2 | Objetivos da A₃P..... | 35 |
| 2.4.3 | Eixos temáticos da A₃P..... | 36 |
| 2.4.4 | Principais temas relacionados aos eixos temáticos da A₃P..... | 37 |
| 2.4.5 | Como implantar a A₃P nas instituições..... | 39 |
| 3 | ASPECTOS METODOLÓGICOS..... | 40 |
| 3.1 | TIPO DE PESQUISA..... | 40 |
| 3.1.1 | Quanto à forma de abordagem..... | 40 |
| 3.1.2 | Quanto aos objetivos ou fins..... | 40 |
| 3.1.3 | Quanto aos procedimentos técnicos..... | 41 |
| 3.1.4 | Sujeitos da pesquisa: população e amostra..... | 42 |
| 3.1.5 | Coleta dos dados..... | 42 |
| 3.1.6 | Análise dos dados..... | 43 |
| 4 | APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS..... | 45 |
| 4.1 | DADOS SOCIOECONÔMICOS DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA..... | 45 |
| 4.2 | CONHECIMENTO ACERCA DAS ATIVIDADES SOCIOAMBIENTAIS ENTRE OS PARTICIPANTES DO TJPB..... | 50 |
| 4.2.1 | Conhecimento sobre atividades socioambientais no TJPB..... | 50 |
| 4.2.2 | Conhecimento dos gestores sobre a A₃P..... | 52 |
| 4.2.3 | Conhecimento dos gestores sobre a adesão ou a pretensão de adesão do TJPB a A₃P..... | 52 |
| 4.2.4 | Conhecimento sobre a participação ou não do TJPB na coleta seletiva da cidade de João Pessoa | 53 |
| 4.2.5 | Conhecimento sobre a promoção ou não, pelo TJPB, da sensibilização e da capacitação dos servidores quanto à responsabilidade socioambiental..... | 54 |
| 4.2.6 | Conhecimento sobre a utilização ou não, pelo TJPB, das licitações sustentáveis..... | 55 |
| 4.2.7 | Conhecimento sobre a existência ou não de monitoramento | 56 |

| | | |
|-------|--|-----------|
| 4.3 | quanto ao consumo de água, luz e papel no TJPB..... | |
| | AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS REALIZADAS PELO TJPB..... | 60 |
| 4.3.1 | Ações do TJPB para uma gestão adequada dos resíduos sólidos gerados..... | 60 |
| 4.3.2 | Ações para promover qualidade de vida realizadas pelo TJPB..... | 61 |
| 4.3.3 | Ações do TJPB quanto ao uso de papel na organização..... | 63 |
| 4.3.4 | Ações do TJPB para atingir eficiência energética..... | 64 |
| 4.3.5 | Ações do TJPB para atingir menor gasto com água..... | 65 |
| 4.3.6 | Ações do TJPB quanto à frota de veículos..... | 67 |
| 4.4 | ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DE IMPORTÂNCIA DAS QUESTÕES ABORDADAS NO QUESTIONÁRIO..... | 69 |
| 4.5 | SUGESTÕES..... | 71 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 73 |
| | REFERÊNCIAS..... | 77 |
| | APÊNDICE A – Questionário aplicado | 81 |

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com a degradação provocada pelo homem ao meio ambiente não é de hoje, uma vez que vários alertas a respeito foram feitos ao longo da História, por exemplo, as denúncias de problemas de erosão dos solos e desmatamentos nas colinas da Ática realizadas por Platão na Antiguidade e a promulgação dos decretos das águas e florestas feitas em 1669 por Colbert (primeiro-ministro da França) com a finalidade de reverter o problema da escassez de madeira na França (PELICIONI, 2004).

Entretanto, a preocupação com a questão ambiental pela sociedade passou a ser maior recentemente, em especial pelo agravamento dos efeitos antrópicos sobre o meio ambiente. Um exemplo disto são as conferências internacionais sobre o assunto como, dentre outras, a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (1972), Protocolo de Kyoto (1988), Eco 92 e Convenção de Viena para proteção da camada de ozônio. Normalmente, esses acordos são feitos entre diversos países e cada país também pode lançar mão de atividades a serem realizadas internamente em prol do meio ambiente.

Portanto a questão ambiental e a sustentabilidade, como movimentos, são temas recentes e que vem ganhando destaque junto à sociedade e as organizações, sejam elas públicas ou privadas e sendo incorporados pelas organizações nas suas diversas vertentes.

No caso específico da administração pública, área objeto do presente estudo, o assunto vem ganhando importância nos últimos anos. Segundo documento editado conjuntamente pelo Ministério do Meio Ambiente, pela Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e pelo Programa Nacional de Educação Ambiental intitulado Agenda Ambiental na Administração Pública, para a criação, na Administração Pública, de uma nova cultura institucional, com foco na qualidade de vida no trabalho e adoção de critérios ambientais que sejam corretos e, de práticas sustentáveis, necessário se faz o comprometimento das instituições, bem como dos servidores públicos que devem ser agentes de mudanças e construtores de um novo pensar (AGENDA, 2001).

Verifica-se que a Agenda Ambiental na Administração Pública, também conhecida como A3P, é um programa que cuida da introdução de critérios ambientais no campo governamental e pretende estimular a inserção da variável ambiental em programas de

qualidade da gestão e promoção da melhoria do ambiente de trabalho, visando reduzir ou eliminar o impacto ambiental, resultado de atividades administrativas ou operacionais (AGENDA, 2001).

No ambiente organizacional, em geral, vários podem ser os aspectos ambientais a serem analisados como níveis de ruído, iluminação, substâncias químicas, ergonomia, organização do trabalho, gastos com energia e com água e descarte de lixo. Especificamente no caso da A3P são abordados assuntos referentes à questão do uso do papel, material de expediente, energia elétrica, água, frota oficial de veículos, gestão ambiental de resíduos sólidos, qualidade de vida no trabalho, licitações sustentáveis.

Percebe-se, portanto, uma ligação entre a gestão ambiental num sentido mais amplo e essa iniciativa do Governo Brasileiro de tentar implantar boas práticas relativas à questão ambiental no nível das organizações públicas através da Agenda em questão.

A partir deste contexto e como forma de colaborar com o estudo teórico e prático dessa questão, esta monografia foi guiada para responder o seguinte problema de pesquisa: **Que atividades relativas a questões ambientais são realizadas no Anexo Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, usando como modelo os critérios ambientais apresentados no programa da Agenda Ambiental na Administração Pública?**

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Identificar as atividades relativas a questões ambientais realizadas no Anexo Administrativo do TJ PB, usando como modelo critérios ambientais apresentados no programa da A3P.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Realizar revisão bibliográfica sobre o tema gestão ambiental e Agenda Ambiental na Administração Pública;
- Verificar o conhecimento da temática ambiental, mais especificamente dos temas da Agenda Ambiental na Administração Pública, junto aos gestores do Anexo Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba;
- Listar as ações desenvolvidas no Anexo Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba que sejam referentes às questões ambientais no ambiente de trabalho;
- Verificar a percepção dos gestores do Anexo Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba quanto à importância dos temas ambientais abordados na pesquisa;
- Sugerir, caso necessário, implementações relativas à questão ambiental e adesão a A3P.

1.2 JUSTIFICATIVA

O homem como ser criativo é inventor de inúmeros benefícios a sua existência, porém não pensa nos possíveis malefícios que possam acarretar ao planeta Terra e, por conseguinte, a vida. Um exemplo é o gasto com papel que é necessário para registrar acontecimentos, mas o seu gasto excessivo leva ao maior desmatamento com enormes prejuízos ambientais. Além dos gastos com papel, existem gastos em demasia com água e energia, descarte de lixo de forma errada, entre outros, os quais impactam diretamente o meio ambiente devendo o homem, então, conforme mencionado por Philippi Jr, Roméro e Bruna (2004), passar a gerir a utilização dos recursos providos pelo ambiente natural, pois este se torna um fator que pode acentuar ou minimizar os impactos.

A empresa, modernamente, é vista como uma instituição sociopolítica resultante de uma mudança de perspectiva que está acontecendo no pensamento da sociedade no que se refere à alteração no foco econômico para o social (DONAIRE, 2011). É visível a ocorrência de uma verdadeira mudança de valores em que todos os integrantes da organização precisam contribuir para uma melhor preservação ambiental e os fatores ligados à questão ambiental ganham cada vez mais importância frente à sociedade. Logo, as organizações têm vários

benefícios ao adotar iniciativas ambientais em seu espaço físico como redução de custos e moduladores de sua imagem frente à sociedade.

Compreende-se que as organizações públicas ou privadas e seus colaboradores, bem como todos os cidadãos, devem contribuir com a gestão ambiental. Diante da situação mundial de alerta com as questões ambientais, cabe ao governo de cada país formular ações estratégicas que visem à proteção ambiental. Como resposta a este papel estratégico do Governo Federal do Brasil na revisão dos modelos de produção e consumo e na adoção de novos referenciais com vistas a atingir a sustentabilidade socioambiental, nasce a Agenda Ambiental na Administração Pública com o intuito de sensibilizar sobre a questão ambiental (BRASIL, 2012).

Diante da amplitude do tema gestão ambiental, o presente trabalho apresentou um enfoque nos critérios ambientais divulgados na Agenda Ambiental da Administração Pública como forma de trazer maior delimitação do tema bem como maior viabilidade na execução do mesmo.

Elaborou-se este trabalho com o intuito de verificar quais são as atividades realizadas no Anexo Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB), relativas a questões ambientais, usando como modelo os critérios ambientais apresentados no programa A3P. Como o Tribunal de Justiça é um dos órgãos do Poder Judiciário e várias organizações públicas estão demonstrando preocupação com as questões ambientais, por exemplo, aderindo a A3P, assim como se verificou o conhecimento da temática ambiental junto aos gestores e foi realizada uma avaliação da percepção dos gestores sobre a importância dessas questões. Também foram propostas melhorias e possível adesão a esta ação do Governo Federal, o que trará ganhos não apenas para a organização em questão, mas também para a sociedade como um todo.

O tema em questão foi escolhido pelo fato de que não existem muitos trabalhos com esse enfoque nas questões ambientais em organizações públicas sendo, pois, um tema bastante atual.

Desta forma, justificou-se a escolha do tema pela sua pertinência e relevância para as organizações e a sociedade.

Por fim, este trabalho servirá de base para outros estudos acadêmicos diante da importância do tema para a sociedade.

1.3 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

Em 15 de outubro de 1891 foi instalado oficialmente o Superior Tribunal de Justiça do Estado do Parahyba do Norte hoje Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB) o qual já existe há 120 anos. O TJPB é o órgão do Poder Judiciário estadual que tem: por missão “concretizar a Justiça, por meio de uma prestação jurisdicional acessível, célere e efetiva”; por visão “alcançar, até o ano de 2014, o grau de excelência na prestação de seus serviços e ser reconhecida pela sociedade como uma instituição confiável, acessível e justa, na garantia do exercício pleno da cidadania e promoção da paz social”; e como atributos de valor para a sociedade “credibilidade; acessibilidade; celeridade; modernidade; transparência; efetividade; responsabilidade social e ambiental” (TJPB, 2012).

O TJPB é subdividido em Comarcas de 1ª, 2ª e 3ª entrâncias, sendo:

- Comarcas de 1ª entrância: Água Branca; Alagoa Nova; Alagoinha; Araçagi; Arara; Aroeiras; Barra De Santa Rosa; Belém; Bonito De Santa Fé; Boqueirão; Brejo Do Cruz; Caaporã; Cabaceiras; Cacimba De Dentro; Caiçara; Coremas; Cruz Do Espírito Santo; Gurinhém; Juazeirinho; Lucena; Malta; Mari; Paulista; Pilões; Pirpirituba; Pocinhos; Prata; Remígio; Santana Dos Garrotes; São Bento; São José Da Lagoa Tapada; São José De Piranhas; São Mamede; Serra Branca; Serraria; Soledade; Sumé; Taperoá; Teixeira; Uiraúna.
- Comarcas de 2ª entrância: Alagoa Grande; Alhandra; Araruna; Areia; Bananeiras; Cajazeiras; Catolé do Rocha; Conceição; Cuité; Esperança; Guarabira; Ingá; Itabaiana; Itaporanga; Jacaraú; Mamanguape; Monteiro; Patos; Pedras De Fogo; Piancó; Picuí; Pilar; Pombal; Princesa Isabel; Queimadas; Rio Tinto; Santa Luzia; São João Do Cariri; São João Do Rio Do Peixe; Sapé; Solânea; Sousa; Umbuzeiro.
- Comarcas de 3ª entrância: Bayeux; Cabedelo; Campina Grande; João Pessoa (Capital); Santa Rita.

Na Capital o TJPB é composto: pelo Anexo Administrativo; Fóruns: Cível; Criminal; da Infância e Juventude; Distrital de Cruz das Armas; Regional de Mangabeira; Juizados: Auxiliar Cível; Da violência doméstica e familiar contra a mulher e complexo judiciário.

Diante da amplitude da organização, para o presente trabalho delimitou-se o campo de pesquisa ao Anexo Administrativo no qual se desenvolvem as atividades administrativas.

A organização em questão foi escolhida para a elaboração deste trabalho, por questão de acesso e pelo fato de que as organizações públicas devem participar da gestão ambiental, não devendo, pois, o Tribunal em questão ficar à margem desta realidade.

1.4 APRESENTAÇÃO GERAL DO TRABALHO

Este trabalho encontra-se dividido em cinco capítulos quais sejam:

No primeiro capítulo, fez-se uma introdução ao tema, descrevem-se os objetivos geral e específicos desta monografia, assim como são apresentadas a justificativa, a caracterização da empresa e a apresentação geral do trabalho.

No segundo capítulo se elaborou o referencial teórico sobre a temática ambiental, partindo de uma visão abrangente até chegar ao tema específico deste trabalho. Assim, a teoria apresentada encontra-se subdividida em quatro etapas: introdução e conceitos; trajetória do movimento ambientalista; política e gestão ambiental no Brasil e Agenda Ambiental na Administração Pública. Em relação ao último tópico, este se subdivide em: história da A3P; objetivos da A3P; eixos temáticos da A3P; principais temas relacionados aos eixos temáticos da A3P e como implantar a A3P nas instituições.

No terceiro capítulo, apresentam-se os aspectos metodológicos abordados nesta monografia, abordando o tipo de pesquisa, tópico que se subdivide em: quanto à forma de abordagem; quanto aos objetivos ou fins; quanto aos procedimentos técnicos; população e amostra; coleta de dados e análise dos dados.

Após as etapas anteriores, chega-se ao momento da apresentação e análise dos dados coletados junto aos gestores, sendo este o quarto capítulo que está dividido nas seguintes etapas: dados socioeconômicos dos participantes da pesquisa; conhecimento acerca das atividades socioambientais entre os participantes do TJPB; ações socioambientais realizadas pelo TJPB e análise da percepção de importância das questões abordadas no questionário, além da apresentação de sugestões a serem lidas pelos gestores do TJPB com fins de proporcionar melhorias às questões ambientais na organização.

No quinto capítulo são apresentadas as considerações finais e por fim, apresentam-se as referências e os apêndices.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para um maior esclarecimento sobre o tema abordado neste trabalho, a seguir serão disponibilizados alguns conceitos-chaves quais sejam: gestão ambiental, política ambiental, Agenda Ambiental na Administração Pública, sustentável, desenvolvimento sustentável e responsabilidade socioambiental.

2.1 INTRODUÇÃO E CONCEITOS

Segundo o IBAMA (2002), a Constituição Brasileira referenciou o meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito da população, bem destinado a uso do público e fundamental à qualidade de vida, assim como, atribuiu a incumbência de sua preservação ao Poder Público e a coletividade.

Ao lermos a frase acima podemos destacar a questão da responsabilidade na preservação ambiental. A sociedade como um todo deve participar, bem como as organizações sejam elas públicas ou privadas.

Mas afinal o que é gestão ambiental?

Segundo Pol (2003), a gestão ambiental essencialmente trata dos recursos e pressupõe selecionar alternativas, não somente tecnológicas de forma que sejam criadas condições para que aconteça a sustentabilidade ambiental. Deve-se controlar e garantir o cumprimento da legislação estabelecida a qual regula os comportamentos dos indivíduos, das sociedades, das organizações, das formas de produção bem como seus efeitos.

Outro conceito de gestão ambiental é descrito a seguir:

“gestão ambiental é o ato de administrar, de dirigir ou reger os ecossistemas naturais e sociais em que se insere o homem, individual e socialmente, num processo de interação entre as atividades que exerce, buscando a preservação dos recursos naturais e das características essenciais do entorno, de acordo com padrões de qualidade. O objetivo último é estabelecer, recuperar ou manter o equilíbrio entre natureza e homem” (PHILIPPI JR e BRUNA, 2004, p. 700).

Percebe-se que a gestão ambiental é um tema diretamente ligado as organizações trazendo a tona questões fundamentais da administração como diagnóstico, planejamento e gerenciamento, estando em conformidade com o que Santos (1998) expõe. Para a referida autora o diagnóstico representa o reconhecimento das potencialidades e problemas que ocorrem em determinada estratégia. O planejamento ambiental busca detectar e hierarquizar diferentes opções de uso dos recursos naturais, de forma a privilegiar o potencial em detrimento da demanda, a qualidade de vida das pessoas, sob o prisma da felicidade e a proposição de desenvolvimento sustentável. Logo, a gestão ambiental pressupõe entendimento da realidade, planejamento, aplicação e acompanhamento de estratégias.

Outro conceito de grande importância sobre as questões ambientais é o de política ambiental que pode ser definida como uma reunião de atividades e procedimentos relativa aos diversos âmbitos de competências e organizações como supranacionais, estaduais, empresas e organizações não-governamentais, que se esforçam para alcançar fins de proteção ambiental bem como a conservação da natureza (FERNANDEZ-VÍTORA, 1997) trazendo então a questão da responsabilidade do poder público e da sociedade como um todo nas questões ambientais.

Logo, “a política ambiental é uma forma de a organização explicitar seus princípios de respeito ao meio ambiente e sua contribuição para a solução racional dos problemas ambientais” (VALLE, 2002, p. 73).

É importante ressaltar que existe uma diferenciação entre dois conceitos importantes: sustentável e desenvolvimento sustentável. Segundo Branco e Martins (2007) quando se diz que algo é sustentável se quer dizer que isto envolve a manutenção de tal coisa que subsiste de forma indefinida ao longo do tempo. Já desenvolvimento sustentável, segundo Agenda 21 (2004), é um conceito que está em construção, sendo que é mais amplo que sustentabilidade que tem respaldo na relação de questões relacionadas ao social, ambiental e econômico (ARAÚJO et al., 2006) conceito que está em conformidade com o divulgado por Valle (2002) que diz que desenvolvimento sustentável é o atendimento das necessidades da geração atual sem comprometimento das necessidades das gerações futuras, ou seja, engloba as três questões acima citadas.

Por fim, é fundamental ter o entendimento de responsabilidade socioambiental que é mais do que um conceito, pois está relacionado a um processo contínuo de desenvolvimento e obrigações cidadãs para avançar em direção à sustentabilidade no campo da administração pública, assumindo encargos relativos a questões sociais e ambientais que se relacionam com:

consumidores, governo, organizações, empregados, investidores e acionistas, organizações da sociedade civil, mercado e concorrentes, comunidade e o meio ambiente (BRASIL, [2008]).

A seguir será realizada uma breve revisão da literatura sobre a trajetória do movimento ambientalista, no mundo e no Brasil.

2.2 TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA

A história do ambientalismo remonta aos tempos coloniais, pois “a preocupação ambientalista surgiu no Caribe, na Índia, na África do Sul, na Austrália e na América Latina onde estavam sendo implantadas práticas de exploração colonial maciças e predatórias” (PELICIONI, 2004, p. 434).

Conforme a autora acima citada, na virada do século XIX, mais precisamente no último quartel do século XIX, nos Estados Unidos ocorreu um movimento ambientalista representado por duas partes, os preservacionistas (com ênfase na necessidade de proteção de determinadas espécies de fauna e flora acabando por incentivar a constituição de parques protegidos) e os conservacionistas (defendiam a exploração racional dos recursos naturais). O Yellowstone National Park foi o primeiro parque nacional do mundo criado nos Estados Unidos em 1872. No Brasil, em 1896, foi criado o Parque Estadual da Cidade de São Paulo sendo considerado o primeiro parque brasileiro. Na década de 1930 criou-se a Sociedade Amigos de Alberto Torres a qual colaborou com a formulação do primeiro Código de Águas e Minas e do primeiro Código Florestal brasileiro em 1934.

Na fase posterior à Segunda Guerra Mundial, mais precisamente nas décadas de 1950 e 1960, questões sociais e políticas levaram a uma intensa manifestação pública, que acabou por contribuir na elaboração de um movimento ambientalista mais amplo. Nos EUA, questões ligadas à pobreza, ao racismo e à desigualdade dos direitos civis vieram à tona, porém nesse período ainda não havia uma ligação formal entre os movimentos relacionados aos direitos civis e os ambientais (PELICIONI, 2004).

Segundo McCormick (1992); Pelicioni (2004) os fatores decisivos para a formação de um vasto movimento ambientalista na década de 1960 foram: o conhecimento a respeito dos efeitos no pós-guerra; o medo da poluição radioativa, as calamidades ambientais e denúncias de contaminação ambiental; a influência de Rachel Carson; os progressos no conhecimento

científico relacionados ao assunto ambiental; a publicação de estudos antropológicos relativos aos valores e estilo de vida dos povos, bem como a influência de outros movimentos sociais.

Em relação aos testes atômicos, ocorreu o temor da precipitação radioativa em decorrência das 423 detonações nucleares realizadas entre os anos de 1945 e 1962. Somente em 1963 foi criado o Tratado de Proibição Parcial de Testes Nucleares para acabar com os testes atmosféricos nucleares realizados sem nenhuma forma de controle (PELICIONI, 2004), sendo este Tratado considerado o primeiro triunfo ambientalista, em especial, para os ambientalistas daquela época (ESTEVAM, PESTANA e LEAL, 2008).

Vários desastres ambientais ocorreram ao redor do mundo como: nevoeiro sulfuroso que ocorreu em Donora (Centro siderúrgico da Pensilvânia) em 1948 que matou 20 pessoas e deixou 43% da população doente; o *smog* (mistura de gases e nevoeiros que ocorreu em Londres em 1952 que matou 445 pessoas devido a complicações respiratórias). Em outubro de 1957, a usina nuclear de Windscale, ao norte da Inglaterra, pegou fogo liberando radioatividade. Em 1967, o petroleiro *Torrey Canyon* derramou cerca de 117 mil toneladas de petróleo cru na costa inglesa promovendo desequilíbrio ambiental (PELICIONI, 2004). Portanto, verifica-se que há muito tempo existem desastres ambientais os quais continuam a ocorrer principalmente os derramamentos de petróleo ao longo dos mares que são noticiados com certa frequência pelos meios de comunicação.

O maior estímulo para a ocorrência de uma consciência ambiental mundial pode ser relacionado com a publicação do livro “Primavera Silenciosa” de CARSON no ano de 1962, no qual foi divulgado um alerta para o uso indiscriminado de produtos químicos (pesticidas) que agiam não apenas sobre os insetos, mas também sobre os pássaros que eram envenenados (VALLE, 2002; SCARDUA, 2003) o que é corroborado por Pelicioni (2004) quando diz que tal publicação foi um dos acontecimentos assinalados como mais significativo para o impulso de uma verdadeira revolução ambiental por ter originado revolta e reações por parte de governos de vários países com o anseio de fazer regulamentações sobre a produção e o uso de pesticidas e químicos sintéticos.

Tendo em vista que os problemas ambientais estão profundamente misturados com questões econômicas, culturais e políticas, as conferências internacionais sobre o ambientalismo deram notoriedade a essas interligações em especial a oposição entre o modelo econômico de livre comércio e o desenvolvimento sustentável (ESTEVAM, PESTANA e LEAL, 2008).

Em setembro de 1968, aconteceu a Conferência da Biosfera, com o propósito de avaliar as questões sobre o meio ambiente global e sugerir ações corretivas (PELICIONI, 2004) servindo de referência para a primeira conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente que ocorreu em 1972, em Estocolmo, e trouxe a questão ambiental para as agendas oficiais internacionais. A partir desse momento, inúmeros eventos são realizados no mundo divulgando a problemática ambiental (SCARDUA, 2003).

Realizando-se uma análise histórica, percebe-se que nos fins da década de 60 a conscientização ambiental aliada ao choque do petróleo foi primordial para a introdução de questões ambientais nos campos econômico, social e político (ESTEVAM, PESTANA e LEAL, 2008).

Logo, a década de 1960 foi de verdadeira mobilização e a década de 1970 delimitou a arquitetura de um novo tempo, tendo em vista que a responsabilidade pela sustentabilidade difundiu-se entre os atores sociais. Em 22 de abril de 1970 ocorreu o Dia da Terra, dia em que mais de 300 mil norte-americanos apontaram que o ambientalismo se tornou uma questão pública e exigiram a elaboração de políticas públicas relacionadas ao meio ambiente (ESTEVAM, PESTANA e LEAL, 2008). Para a revista Time, o meio ambiente era o assunto dos anos 70. Para a Life, tratava-se de um movimento que estava destinado a prevalecer na nova década (MCCORMICK, 1992).

Em 1972 ocorre a Conferência de Estocolmo com o objetivo de criar novas políticas para o gerenciamento ambiental (BEHRENDTS, 2011). Tal conferência ocorreu em virtude de pressões feitas pelo governo da Suécia sobre a ONU por conta da degradação ambiental e significou uma verdadeira apropriação pública de ideias ambientalistas e fez surgir duas correntes ambientalistas: “zeristas” (o rápido crescimento populacional levaria ao caos mundial) e “marxistas” (culpavam o sistema capitalista pela deterioração que o planeta sofria) (ESTEVAM, PESTANA e LEAL, 2008). Neste mesmo ano foi publicado o relatório intitulado Limites do Crescimento, elaborado por cientistas do Massachusetts Institute of Technology (MIT), diante da solicitação do Clube de Roma (criado em 1968) que trouxe resultados os quais relacionavam a crise ambiental com o crescimento exponencial da economia e da população (PELICIONI, 2004; FOGLIATTI *et al*, 2011).

Em 1975, em Belgrado (Iugoslávia) ocorreu o Seminário Internacional sobre Educação Ambiental ou Workshop de Belgrado para questionar e descrever referenciais teóricos para a educação ambiental e organizar a conferência internacional. Deste resultou a formulação da Carta de Belgrado (FOGLIATTI *et al*, 2011) documento que advertia o mundo

sobre a necessidade de uma nova ética global. Em 1977, realizou-se em Tbilisi (Geórgia) a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, na qual se enfatizou a interdisciplinaridade para se recuperar a ideia do todo (PELICIONI, 2004).

Em 1987 foi firmado o Protocolo de Montreal, criado para eliminar os clorofluorcarbonos e estabelecer prazos para sua substituição, com vistas a implementar a Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio (1985) (VALLE, 2002) o que demonstra a preocupação com os impactos ambientais na camada de ozônio provocados pela ação humana.

Ainda em 1987, a Comissão Mundial do Ambiente e Desenvolvimento (Comissão Brudtland) lança o consagrado relatório, conhecido como Nosso Futuro Comum, o qual evidencia a relevância da proteção do ambiente e do desenvolvimento sustentável (VALLE, 2002; SCARDUA, 2003), “além de mostrar uma relação de aproximação entre a economia e a ecologia” (FOGLIATTI *et al*, 2011, p. 11).

No Brasil, na década de 1960, foram divulgadas novas leis relacionadas à proteção ambiental, por exemplo, o novo Código Florestal e a nova Lei de Proteção aos Animais e também foram criados parques nacionais e estaduais. Em 1973, o governo brasileiro criou a Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), ligada à Presidência da República com encargo de controlar a poluição, usar racionalmente os recursos naturais e preservar o estoque genético. A partir do início da década de 1980 ocorreu o crescimento da consciência ambiental no Brasil e em 1986 a Sema aumentou seu campo de atuação espalhando a problemática ambiental dentro da estrutura estatal e proporcionando a interação das agências ambientais com elas mesmas e com a comunidade científica (PELICIONI, 2004).

Em 1988 a Constituição Federal no Título VIII – da Ordem Social, assegura um capítulo (VI) dedicado ao meio ambiente (CF, 1988).

Em 1992, o Banco Mundial lança relatório próprio, antecedendo a Conferência do Rio, sobre o Desenvolvimento e o Meio Ambiente no qual estão subentendidas as correntes neomalthusianas que dizem que apesar da falta de equilíbrio entre o meio ambiente e o crescimento econômico, existem formas de contornar as desigualdades presenciadas no modelo de desenvolvimento, sem que traga prejuízos ao desenvolvimento da economia (SCARDUA, 2003).

Também em 1992, foi realizada no Rio de Janeiro a Segunda Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, conhecida como Cúpula da Terra ou Rio 92 da qual derivaram vários documentos dentre os quais: a Carta do Rio (também chamada Declaração do Rio sobre Meio

Ambiente e Desenvolvimento, na qual se verifica que “o ser humano e o meio ambiente são unos” (BEHRENDTS, 2011, p. 30), necessitando uns dos outros e a Agenda 21 (propõe a diminuição da utilização de materiais e energia na produção de bens e serviços e pesquisas para o desenvolvimento de recursos renováveis e outras fontes de energia (VALLE, 2002; SCARDUA, 2003)).

Embora importante, a Rio 92 sofreu críticas, pois as razões estruturais dos problemas ambientais (o sistema capitalista, o tipo de desenvolvimento econômico adotado pelos países, os valores sociais assim como as relações de poder interpaíses) não foram questionadas em profundidade (PELICIONI, 2004).

No ano de 2002, realizou-se a Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável ou Rio + 10, com a finalidade de que os acordos fixados no Rio 92 fossem analisados e o resultado encontrado foi que o acordo feito em relação à energia gerada proveniente de fontes renováveis permaneceu apenas como um apelo para ampliação do seu uso sem metas nem prazos (BEHRENDTS, 2011).

Por sua vez, ocorreram manifestações contra a globalização neoliberal em 1999, em Seattle (EUA) e nos Fóruns Sociais Mundiais realizados em Porto Alegre em 2001, 2002 e 2003, 2005, Mumbai (Índia) em 2004, Bamako (Mali, África), Caracas (Venezuela), Karashi (Paquistão, Ásia) em 2006, Nairóbi (Quênia) em 2007, em 2008, no dia 26 de janeiro, houve o dia de Mobilização e Ação Global e em 2009 o Fórum aconteceu em Belém do Pará (FORUM SOCIAL MUNDIAL). Essas manifestações revelaram uma crescente discordância sobre as imposições dos sistemas político-econômicos que levam a degradação humana e ambiental (PELICIONI, 2004).

Não se pode deixar de falar sobre o Protocolo de Kyoto que é um instrumento internacional que oficialmente falando entrou em vigor no dia 16 de fevereiro de 2005, tendo sido debatido e negociado em 1997, na cidade de Kyoto (Japão) (SUA PESQUISA). Este versa sobre o fato de que tanto países desenvolvidos quanto países subdesenvolvidos têm a tarefa de fazer novas regras, diminuindo os gases poluentes e o aquecimento global, retardando a progressão do efeito estufa e diminuindo as chances de ocorrerem novas catástrofes ambientais (BEHRENDTS, 2011). De acordo com Valle (2002, p. 24) “pelo Protocolo de Kyoto, [...], os países industrializados se comprometeram a reduzir, até 2012, suas emissões de gases que contribuem para o aquecimento global em 5,2% calculados com base nos níveis de emissões de 1990”.

Fez-se, então, um resumo sobre a trajetória dos movimentos ambientalistas os quais cresceram em importância ao longo dos anos, em especial dos anos 70 em diante. A seguir será feita uma descrição sobre as políticas de gestão ambiental no Brasil.

2.3 POLÍTICAS DE GESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL

Sabe-se que o capitalismo é regido por uma ideia de produção em massa para atender as necessidades de geração de valor e renda, sendo a questão econômica de suma importância. Mas produzir em demasia para atender aos anseios de poucos é realmente necessário? Pode-se dizer que não, mas mudar essa realidade é difícil principalmente pelo fato de que esta é uma questão cultural. Atender as necessidades supérfluas criadas pela sociedade do consumo com muita lucratividade é o imperativo do capitalismo e isto traz enormes prejuízos ambientais.

Segundo Estevam, Pestana e Leal (2008) o modelo de desenvolvimento econômico que está em vigor é fundamentado no uso excessivo dos recursos naturais e cumpre seu papel na materialização das necessidades de consumo da sociedade. As empresas poluindo e explorando o ambiente, estimulando o desperdício de energia e de materiais em nome do capitalismo de mercado acarretando graves desequilíbrios ambientais. Deve ocorrer uma mudança de atitude das organizações, controlando, por exemplo, os gastos com materiais de expediente de forma a que possam participar efetivamente de uma gestão ambiental.

Faz-se necessário, portanto, que se crie uma política ambiental nas organizações. Para um maior entendimento do assunto é importante salientar o que é política, o que se faz a seguir. Política é o conjunto de diretrizes provenientes da sociedade, através de seus vários grupos, que por meio de programas de ação e sua execução visam o alcance de seus objetivos. A política ambiental ocorre quando esses objetivos estão relacionados com a proteção do meio ambiente. Políticas públicas são diretrizes estabelecidas pela sociedade pretendendo melhorar as condições de vida da mesma. Políticas de governo são as que trazem propostas efetivadas pelo governo e estão diretamente relacionadas à administração. Políticas nacionais apontam as direções a serem seguidas sendo implementadas através de políticas governamentais (PHILIPPI JR. e BRUNA, 2004).

Aos governos cabe implementar políticas públicas que atendam as questões ambientais em ênfase na sociedade atual e tais políticas públicas devem equilibrar as ações de governo,

nas três esferas, e as aspirações da sociedade. Segundo Philippi Jr. e Bruna (2004) a política e a gestão se relacionam profundamente o que leva a conclusão de que uma não pode existir sem a outra. Assim, é necessária a existência de uma gestão integrada dos temas cabíveis a gestão ambiental, o que se concretiza por meio de políticas públicas que geram planos, programas e projetos. Logo, o triunfo de uma gestão ambiental necessita de políticas compatíveis e coerentes entre si dos três níveis de governo.

Para alcançar o desenvolvimento sustentável, deve-se usar das políticas ambientais e o governo tem o dever de executar políticas públicas para atender aos interesses e necessidades de todos os cidadãos, inclusive os ligados ao meio ambiente de forma a garantir o desenvolvimento sustentável, como se pode observar a seguir:

“O Estado, como representante das comunidades humanas, tem o dever de proporcionar-lhes um ambiente de qualidade. [...] Por meio de seus governos, será capaz de elaborar políticas públicas prevendo intervenções diretas e indiretas, quer no ambiente natural, quer no construído. As políticas públicas ambientais são assim consideradas como condição necessária e suficiente para se estabelecer um *modus vivendi* compatível com a capacidade de suporte territorial e, por conseguinte, com o desenvolvimento autossustentável” (PHILIPPI JR. E BRUNA, 2004, p. 681).

As políticas ambientais começaram com o aparecimento das legislações ambientais, principalmente setoriais. Inicialmente, surgem instrumentos legais relacionados a setores, como o de recursos florestais e hídricos. Depois, relacionados à defesa do patrimônio histórico e artístico e também para pesca e mineração (MOURA, 1996 apud SCARDUA, 2003).

No Brasil, no período compreendido da década de 30 até o início da década de 70, tinha início a época do “milagre brasileiro”, apresentando taxas de crescimento econômico altas, resultante de uma política econômica “progressista”, época em que ocorre o primeiro choque do petróleo e, ainda, manifestam-se as primeiras vozes relativas ao ambientalismo no mundo, em decorrência de um crescimento desproporcional e desenfreado, principalmente, no tocante ao meio ambiente (SCARDUA, 2003).

Conforme Valle (2002, p. 78), “até o início da década de 1970 não existia no Brasil uma legislação específica que abordasse o tema ambiental. [...] Atualmente, essa legislação existe e, deve-se reconhecer, é bastante completa, abrangente e avançada”.

As cinco principais políticas públicas do Brasil que se relacionam com as questões ambientais são:

“Política Nacional do Meio Ambiente – expressão de uma política ambiental de desenvolvimento sustentável (Lei n.6.938/81); Política Nacional de Saúde (Lei n.8.080/90); Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei n.9.433/97, alterada pela Lei n.9.984/00); Política Nacional de Educação Ambiental (Lei n.9.795/99) e Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (Lei n.10.257/01)” (PHILIPPI, JR e BRUNA, 2004, p. 692).

A Lei de Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81), em seu art. 9º, estabelece os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, quais sejam: estabelecimento de normas de qualidade ambiental; planejamento racional, técnico, econômico, social e ambiental do uso do solo; avaliação de impactos ambientais; licenciamento e revisão de atividades poluidoras ou potencialmente poluidoras; fomento à fabricação e instalação de equipamentos e geração ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental; criação de áreas territoriais, especialmente protegidas pelos Poderes Públicos tanto a nível Federal, Estadual quanto Municipal, como áreas de defesa ambiental com preocupação ecológica e reservas extrativistas; Sistema Nacional de Informações referentes ao Meio Ambiente; Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental; punições disciplinares ou compensatórias diante da não observância das medidas necessárias à conservação ou correção da degradação ambiental; criação do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente, que deve ser publicado anualmente pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; garantia de prestação de informações relativas ao meio ambiente, responsabilizando-se o poder público quanto a sua produção, quando inexistentes; Cadastro Técnico Federal que relate atividades potencialmente poluentes e/ou que utilizem recursos naturais; ferramentas econômicas, como servidão ambiental, seguro ambiental, concessão florestal entre outros (BRASIL, 1981).

Em relação à Política Nacional de Saúde (Lei nº 8.080/90), esta, em seu Art. 13º, disciplina que a articulação das políticas e programas, realizada pelas comissões intersetoriais, compreenderá especialmente as atividades de: saneamento e meio ambiente; Vigilância Sanitária e farmacoepidemiologia; alimentação e nutrição; gestão de pessoas; saúde dos colaboradores e ciência e tecnologia (BRASIL, 1990).

A Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/97), em seu Art. 3º, trata dos procedimentos gerais de ação para execução da Política Nacional de Recursos Hídricos, a seguir listados: a gestão sistemática dos recursos hídricos, sem separação dos aspectos de qualidade e quantidade; o ajustamento da gestão de recursos hídricos às heterogeneidades

demográficas, econômicas, sociais, culturais, assim como, físicas e bióticas das várias regiões do País; a reunião das gestões de recursos hídricos com a ambiental; a articulação do planejamento da área de recursos hídricos com a dos setores usuários e também com os planejamentos regional, estadual e nacional; a união da gestão de recursos hídricos com a do uso do solo; a integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos estuários e faixas litorâneas (BRASIL, 1997).

Já a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99), em seu Art. 8º, diz que as atividades relacionadas a esta Política devem ser desenvolvidas tanto na educação em geral quanto na educação escolar, por meio das seguintes linhas de atuação que se inter-relacionam: desenvolver estudos, pesquisas e experimentações; capacitar os profissionais de recursos humanos; produzir e divulgar material educativo; acompanhar e avaliar (BRASIL, 1999).

Por sua vez, o Art. 2º da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (Lei nº 10.257/01) ressalta que a política urbana tem por propósito dispor o desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, seguindo as seguintes diretrizes: garantia do direito a cidades sustentáveis, ou seja, o direito, para presentes e futuras gerações, à terra urbana, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, à moradia, ao saneamento ambiental, ao trabalho e ao lazer; gestão democrática utilizando-se da cooperação da população e de associações representativas dos diversos segmentos da comunidade para formular, executar e acompanhar planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; auxílio entre os governos, à iniciativa privada e outros setores da sociedade no processo de urbanização, com vistas a atender ao interesse social; planejamento do crescimento das cidades, do ordenamento espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de poder, de modo a evitar e retificar as distorções do crescimento urbano e suas consequências negativas sobre o meio ambiente; oferecimento de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos ajustados às necessidades e interesses da população e às características locais; controle do uso do solo para evitar a danificação das áreas urbanizadas e a poluição e degradação ambiental (BRASIL, 2001).

Através dos dados relatados, percebe-se a abrangência da gestão ambiental que é tratada por diversas políticas públicas, seja relativa ao meio ambiente propriamente dito, seja a saúde do trabalhador, ao ambiente de trabalho, a questão da água, a melhor ocupação do solo. O assunto é, pois, bastante extenso e requer participação da sociedade que deve agir e cobrar do governo ações voltadas ao meio ambiente.

“As políticas ambientais devem receber insumos dos cidadãos ao passar pela interferência de seus representantes eleitos. [...] Deve o cidadão poder cobrar os resultados de uma política ambiental, dela participando com a proposição de estudos e soluções para os problemas da sociedade” (PHILIPPI JR e BRUNA, 2004, p. 693).

É necessária a participação popular no desenvolvimento das políticas governamentais, sendo esta participação realizada pela sociedade brasileira na década de 80 quando passou a se manifestar contra a morosidade e a indiferença de políticos. Como reação a esse não conformismo com a situação que se apresentava, na época que finda os anos 80 e dá início aos anos 90, fundaram-se, pouco a pouco, ONG sendo um exemplo destas organizações não governamentais a criação, em 1992, da Rede de Organização Não-Governamental da Mata Atlântica (RMA) (BEHRENDTS, 2011).

Na época da Conferência de Estocolmo o Brasil adotou um posicionamento contrário aos interesses ambientais tendo em vista que defendeu o crescimento econômico do país independentemente do preço a pagar como forma de superar o subdesenvolvimento. Nesta época, a política internacional brasileira via o meio ambiente como um empecilho ao crescimento econômico constituindo em uma limitação ao direito da população brasileira desenvolver-se. Esse posicionamento se alterou nesses últimos 20 anos, após a Conferência de Estocolmo, sendo evidente na Conferência do Rio (SCARDUA, 2003) fato observável através das principais políticas públicas listadas anteriormente em que se vê claramente o amplo espaço de tempo entre a efetivação da primeira política pública com as demais. Assim, conforme Phillipi Jr e Bruna (2004), o despertar da consciência ambiental brasileira ocorreu nesse espaço de tempo de vários anos sendo então um processo lento.

Para que as Políticas Públicas se tornassem efetivas, necessário se fez a criação de órgãos públicos que pudessem gerenciar questões relativas ao meio ambiente. Observa-se uma evolução dos mesmos na história brasileira, conforme será descrito a seguir.

Através do Decreto nº 73.030, de 30 de outubro de 1973, o Brasil estabelece a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) e também o uso racional dos recursos naturais no país. Este decreto é importante, pois, a partir dele, foram criadas dezoito estações ecológicas, que somam 3,2 milhões de hectares protegidos. Atualmente, a Secretaria Especial é conhecida como Ministério do Meio Ambiente e foi criada em 19 de outubro de 1992 no governo de Itamar Franco (BEHRENDTS, 2011).

Neste período, a SEMA, então vinculada ao Ministério do Interior, tinha como função, conforme Art. 4º do Decreto nº 73.030/73: acompanhar as mudanças do ambiente através de

técnicas de medição direta e sensoriamento remoto; identificar os acontecimentos adversos e atuar para corrigi-los; assessorar órgãos e entidades encarregadas da conservação do meio ambiente, para o uso racional dos recursos naturais; originar a elaboração e o estabelecimento de normas e padrões relacionados à preservação do meio-ambiente, dos recursos hídricos de forma a assegurar o conforto das populações e o seu desenvolvimento econômico e social; colaborar com os órgãos especializados para efetuar o controle e a fiscalização das normas e padrões estabelecidos; promover o desenvolvimento e o treinamento de técnicos e especialistas em matérias relativas à preservação do meio ambiente; atuar juntamente com os agentes financeiros para que se concedam financiamentos a entidades públicas e privadas com a finalidade de recuperar os recursos naturais afetados por processos predatórios ou poluidores; colaborar com os órgãos especializados na preservação da fauna e flora ameaçadas de extinção e na conservação de material genético; manter atualizada a Relação de Agentes Poluidores e Substâncias Nocivas, referente aos interesses do País; bem como, fomentar, através de programas em escala nacional, a elucidação e a educação do povo brasileiro para promover o uso adequado dos recursos naturais para a conservação do meio ambiente (SENADO FEDERAL, 1973).

Não obstante as fraquezas institucionais da SEMA, ela teve papel fundamental na difusão e no fortalecimento da questão ambiental brasileira. Vários outros órgãos estaduais surgiram antes da Lei nº 6.938/81, tais como “a CETESB, em São Paulo; a FEEMA, no Rio de Janeiro; a Diretoria de Tecnologia e Meio Ambiente – DTMA, da Fundação João Pinheiro – FJP, em Minas Gerais; a Coordenação de Meio Ambiente de Alagoas e o Centro de Recursos Ambientais – CRA da Bahia” (SCARDUA, 2003, p. 66-67).

Tendo como referência SCARDUA (2003) estruturou-se o seguinte histórico.

Em 1993, o Ministério do Meio Ambiente é transformado em Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, através da Lei nº 8.746, de 09.12.93, cujo encargo passa a ser, conforme Art. 1º da lei citada: planejar, coordenar, supervisionar e controlar ações relativas ao meio ambiente; formular e executar a política nacional do meio ambiente; pronunciar e coordenar ações da política integrada para a Amazônia Legal, com a finalidade de melhorar a qualidade de vida das populações amazônicas; articular com os ministérios, órgãos e entidades da Administração Federal, ações de âmbito internacional e interno, relativas à política nacional do meio ambiente e à política nacional integrada para a Amazônia Legal; preservar, conservar e usar racionalmente os recursos naturais renováveis; efetuar acordos internacionais nas áreas de seu conhecimento (BRASIL, 1993; SCARDUA, 2003).

A Lei nº 9.649, de 27.05.1998, transforma o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal em Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Em 2001, o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal passa a se chamar Ministério do Meio Ambiente observável no art. 17, inciso III da Lei nº 9.649, de 27.05.1998, emendada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001, e passa a ter as seguintes atribuições: executar a política nacional do meio ambiente e dos recursos hídricos; promover a preservação, conservação e utilização de ecossistemas, biodiversidade e florestas de forma sustentável; propor estratégias, mecanismos e instrumentos econômicos e sociais com o propósito de melhorar a qualidade ambiental e proporcionar o uso sustentável dos recursos naturais; elaborar políticas para interligar o meio ambiente com a produção; executar políticas e programas ambientais para a Amazônia Legal; e promover o zoneamento ecológico-econômico (BRASIL, 1998; SCARDUA, 2003).

VALLE (2002) e SCARDUA (2003) ressaltam que o IBAMA, como órgão executor da PNMA, tem por finalidade indicar, coordenar, realizar e fazer executar a política nacional do meio ambiente bem como preservar, conservar e usar racionalmente, fiscalizar, controlar e fomentar os recursos naturais renováveis. Destacam ainda que os órgãos seccionais e locais são representados no SISNAMA através dos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente.

Em relação à participação social, a sociedade civil está representada no CONAMA, porém não tem representatividade e legitimidade asseguradas, em razão da maneira como a sociedade civil tem acesso a esse fórum de debate e sugestão de políticas ambientais. Essa participação é tida como exclusiva de ONG que seja exclusivamente ambientalista, o que não traduz a realidade ambiental (SCARDUA, 2003).

A seguir é apresentado um quadro resumindo parte da evolução da política ambiental brasileira.

Quadro 1. Síntese da evolução da política ambiental brasileira – 1930/2010.

| Período | Evento |
|-------------------|---|
| Década de 30 a 60 | Princípio das ações do governo na área das políticas ambientais com o aparecimento das primeiras legislações e agências setoriais relacionadas com a administração dos recursos naturais, como a criação da Lei nº 4.771, que instituiu o novo Código Florestal. |
| Década de 70 | Em 1972, o Brasil participou da Conferência de Estocolmo e apresentou uma atitude antiambientalista. Em 1973 é criada a primeira agência ambiental federal conhecida como Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), resultado da Conferência. Aparecem os primeiros órgãos estaduais de meio ambiente (OEMAs). |

| | |
|-------------------------------|--|
| | O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) fixa diretrizes ambientais. |
| Década de 80 | <p>Publica-se a lei nº 6.938 da Política Nacional de Meio Ambiente, em 1981, criando o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) que é integrado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).</p> <p>Ocorreu a institucionalização ambiental que se fortalece de forma gradual nos estados e municípios com a criação de órgãos e/ou secretarias e conselhos municipais de defesa do meio ambiente (CONDEMAS).</p> <p>Em 1988 publica-se a Constituição Federal Brasileira que assegura o capítulo VI dedicado ao meio ambiente.</p> <p>Em 1989 criou-se o IBAMA e formulou-se o Programa “Nossa Natureza” e criou-se o Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA.</p> |
| Década de 90 até os anos 2010 | <p>Publica-se a lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.</p> <p>Criou-se a Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República – SEMAM/PR, em 1990, com o propósito de controlar, planejar, coordenar e supervisionar as ações relacionadas ao Programa Nacional do Meio Ambiente – PNMA que começa a atuar em 1991, tendo como foco o fortalecimento institucional dos órgãos federais e estaduais de meio ambiente.</p> <p>Em 1992, realizou-se a CNUMAD no Rio de Janeiro e criou-se o MMA.</p> <p>Em 1993, através da lei nº 8.746 é criado o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal e é publicada a Lei nº 8.666 com a finalidade de regular o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e instituir normas para licitações e contratos da Administração Pública.</p> <p>Em 1997, publicou-se a Lei nº 9.433 que estabeleceu a Política Nacional de Recursos Hídricos. Já em 1998, publicou-se a Lei nº 9.605 que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.</p> <p>Em 1999, publicou-se a Lei nº 9.795 que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.</p> <p>Em 2000, publicou-se a Lei nº 9.985 criando o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.</p> <p>Em 2001, o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal passou a se denominar Ministério do Meio Ambiente.</p> <p>Em 2001, o Decreto nº 4.059 regulamentou a Lei nº 10.295 de 17 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, e dá outras providências.</p> <p>Em 2002, publica-se o Decreto nº 4.131 que dispõe sobre medidas emergenciais de redução do consumo de energia elétrica no âmbito da Administração Pública Federal.</p> <p>Em 2006, através do Decreto nº 5.940 foi instituída a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências.</p> <p>Através da Instrução Normativa nº 01, de 2010, dispõe-se critérios de sustentabilidade</p> |

| | |
|--|---|
| | ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras da Administração Pública direta, autárquica e fundacional. |
|--|---|

Fonte: Adaptação de SCARDUA (2003) e ROSSATO (2011).

Após esta revisão sobre a política ambiental brasileira, é conveniente falar sobre medidas adotadas pelo governo do país para difundir a prática ambiental nas instituições o que será feito a seguir explicando-se o programa da A3P.

2.4 AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A gestão ambiental é vasta, incluindo as áreas de gestão ambiental na indústria, no município, gestão ambiental urbana, bem como a integração com a gestão regional (PHILIPPI JR, ROMÉRO e BRUNA, 2004). Cabe então aos governos de cada país elaborar políticas que tratem sobre o tema em questão.

No Brasil, a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um programa que visa desenvolver a gestão socioambiental sustentável das tarefas administrativas e operacionais do Governo, bem como trazer uma nova cultura institucional. Citam-se como alicerces da A3P: as sugestões do Capítulo IV da Agenda 21 (incentivo aos países para a constituição de programas voltados a análise dos modelos insustentáveis de produção e consumo e a propagação de políticas e estratégias nacionais de incentivo a modificações nos padrões insustentáveis de consumo); o Princípio 8 da Declaração do Rio/92 que diz “os Estados devem reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo e promover políticas demográficas adequadas”; e ainda a Declaração de Johannesburgo que institui a "adoção do consumo sustentável como princípio basilar do desenvolvimento sustentável" (BRASIL, 2012).

Um breve resumo da história do A3P será apresentado a seguir.

2.4.1 História da A3P

Inicialmente ocorreu o surgimento de um projeto. “A A3P surgiu em 1999 como um projeto do Ministério do Meio Ambiente, tendo por objetivo a revisão dos padrões de produção e consumo e a adoção de novos referenciais de sustentabilidade ambiental nas instituições da administração pública” BRASIL ([2008], p. 8).

Após o lançamento do projeto, em 2001, foi criado o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública, conhecido pela sigla A3P, cujo objetivo era sensibilizar os gestores públicos para a importância das questões relacionadas ao meio ambiente, induzindo-os a inserir princípios e critérios de gestão ambiental em suas atividades cotidianas. No ano seguinte, a A3P foi reconhecida pela Unesco devido à importância do seu trabalho bem como pelos resultados positivos que alcançou no decorrer do seu desenvolvimento o que fomentou o ganho do prêmio “*O melhor dos exemplos*”, na categoria Meio Ambiente (BRASIL, [2008]).

Tendo em vista a sua relevância, o programa A3P foi incluso no Plano Plurianual (PPA) 2004/2007 como ação, no campo do programa de Educação Ambiental fato este que assegurou recursos para que a A3P possa ser realmente estabelecida e ser uma referência de sustentabilidade para as atividades públicas. Em 2007 houve uma mudança no Ministério do Meio Ambiente, passando a A3P a integrar o Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental (DCRS), da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC). É importante destacar que o programa A3P teve continuidade no PPA 2008/2011. A A3P, ao longo deste período citado, desde sua criação até os dias de hoje, foi fortalecida enquanto Agenda de Responsabilidade Socioambiental do Governo passando a ser uma das principais ações para propositura e estabelecimento de um novo padrão de responsabilidade nas atividades da gestão pública englobando a gestão ambiental, social e econômica (BRASIL,[2008]; BRASIL (2009)).

2.4.2 Objetivos da A3P

Conforme dados do BRASIL (2009), a A3P tem como objetivo incentivar a reflexão e a transformação da atitude dos colaboradores de forma que incluam os critérios para gestão socioambiental no trabalho. O programa em questão também busca alcançar outros objetivos como: sensibilizar os gestores públicos para assuntos relacionados ao socioambiental; incentivar menor uso dos recursos naturais e diminuição de gastos; diminuir o impacto

socioambiental ocasionado pela realização de atividades administrativas e operacionais; colaborar para revisão dos modelos produtivos e de consumo, bem como para a adoção de novos referenciais, na esfera da administração pública e cooperar para a melhoria da qualidade de vida.

Percebe-se, pois, que a A3P referencia a importância da conscientização das pessoas, tanto gestores públicos, quanto servidores. Para que se implemente o programa com sucesso torna-se imprescindível que haja o envolvimento real dessas pessoas.

2.4.3 Eixos temáticos da A3P

Existem cinco eixos temáticos prioritários que estruturaram a A3P, quais sejam: uso racional dos recursos naturais e bens públicos (deve-se usá-los de forma econômica e racional evitando o desperdício); gestão adequada dos resíduos gerados (deve-se dar destinação correta aos resíduos gerados pelas atividades das instituições); qualidade de vida no ambiente de trabalho (com vistas a satisfazer as necessidades do trabalhador para um melhor desenvolvimento de suas atividades no trabalho e também promovendo o desenvolvimento pessoal); sensibilização e capacitação dos servidores (criar e consolidar a consciência cidadã dos servidores, no que se refere à responsabilidade socioambiental) e licitações sustentáveis (a responsabilidade socioambiental deve existir também nas compras realizadas pela administração pública) (BRASIL, 2009).

As ações decorrentes de cada um dos eixos descritos acima foram definidas tendo por base a política dos 5 R's: Repensar (“a necessidade de consumo e os padrões de produção e descarte” utilizados); Reduzir (evitar consumo desnecessário de produtos e preferir os que possuam maior durabilidade); Reaproveitar (possibilita o reaproveitamento de “todo o lixo” que estiver em bom estado); Reciclar (“transformar materiais usados em matérias primas para outros produtos”) e Recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos (“Recusar possibilidades de consumo desnecessário e produtos que gerem impactos ambientais significativos”) (BRASIL, 2009, p. 42). “Esse último R, em grande medida, irá definir o sucesso de qualquer iniciativa para a introdução de critérios ambientais no local de trabalho” (BRASIL, 2009, p. 36).

2.4.4 Principais temas relacionados aos eixos temáticos da A3P

Sete são os principais temas relacionados aos eixos temáticos da A3P os quais são abordados por BRASIL (2009) conforme será descrito a seguir.

1º Coleta Seletiva Solidária: a coleta seletiva é imprescindível na gestão dos resíduos sólidos e o processo de seleção do lixo envolve duas etapas distintas: Separação do Lixo na Fonte (ou Segregação) e Coleta.

Existem materiais recicláveis como os compostos por papel, papelão, vidro, metal e plástico; e materiais não recicláveis como:

“etiquetas adesivas; papel carbono e celofane; fita crepe; papéis sanitários; papéis molhados ou papéis sujos de gordura; papéis metalizados; parafinados ou plastificados (embalagens de biscoito, por exemplo); guardanapos usados; bitucas de cigarro; fotografias; acrílicos; clips; grampos; esponjas de aço; tachinhas; pregos; espelhos; vidros planos e cristais; cerâmicas e porcelanas; tubos de TVs e computadores; lâmpadas fluorescentes” (BRASIL, 2009, p. 57).

É importante que as instituições separem seus lixos corretamente e conscientizem seus funcionários a fazer o mesmo.

2º Consumo da Madeira: a administração pública pode e deve promover o manejo florestal correto e o uso mais eficiente e responsável da madeira através da adoção de compras sustentáveis. Saliente-se que o poder público serve de exemplo para que a população em geral adote boas práticas ambientais.

3º O papel nosso de cada dia: O consumo de papel deve ser diminuído e seu uso otimizado estimulando a reciclagem do papel. Existem vantagens obtidas com a redução do consumo de papel tais como: redução do corte de árvores e da utilização de água doce nos processos de produção, bem como da energia usada no processo de fabricação. Já a reciclagem do papel traz como vantagens: diminuição da poluição do ar e dos rios, pois para obter a pasta de celulose necessária na produção do mesmo são utilizados certos procedimentos químicos, que com a reciclagem não serão usados; geração de emprego e renda; inclusão social dos catadores e outras parcelas da população.

A informatização de processos pode ajudar na desmaterialização do uso de papel nos serviços públicos o que acarreta vantagens como: maior eficiência no processo de comunicação, ou seja, na troca de informações; simplifica os processos; economia de recursos

tanto naturais quanto materiais; maior facilidade para controle do processo, tendo em vista o acompanhamento “on line”.

4º Eficiência energética: o desenvolvimento tecnológico acarreta o crescimento do consumo de energia e para enfrentar o aumento da demanda no futuro é preciso enxergar o uso da energia sob o prisma do consumo sustentável, ou seja, aquele que atende às necessidades da geração atual sem prejuízo para as gerações futuras. Isso significa eliminar desperdícios e buscar fontes alternativas que sejam mais eficientes e seguras tanto para o homem e quanto para o meio ambiente. Atualmente, também em conformidade com dados obtidos em Brasil (2009), as edificações são responsáveis por 42% de toda a energia elétrica consumida, distribuindo-se entre os setores residencial (23%), comercial (11%) e público (8%). Destaca-se que nos prédios públicos, o condicionamento de ar é responsável por 48% desse consumo e a iluminação por 24%, sendo então esses dois tidos como pontos críticos no gasto de energia nos referidos prédios.

5º A água e seus usos múltiplos: no âmbito da administração pública já foram documentadas várias medidas adotadas com a intenção de moderar o desperdício de água, evidenciando-se a utilização “de aparelhos economizadores como, por exemplo, vasos sanitários com caixa acoplada, registro com sensor, acionamentos temporizados, vasos a vácuo, entre outros aparelhos” (BRASIL, 2009, p. 71). A adoção de medidas, como as citadas acima, tem como intento o aumento da eficiência do uso da água nos edifícios que compõem a administração pública. Outra medida que pode ser facilmente adotada é a instalação de um sistema de reaproveitamento das águas das chuvas (compreende a coleta, filtragem e armazenamento das águas das pluviais para uso no vaso sanitário, na lavagem de automóveis e calçadas, dentre outros).

6º Manutenção da frota oficial de veículos: as instituições públicas têm o dever de “dar bom exemplo quanto à manutenção das respectivas frotas de veículos. O exemplo pode ser dado comprando automóveis econômicos, eficientes e que utilizem combustível de fonte renovável, como álcool ou biodiesel” (BRASIL, 2009, p. 74).

7º Principais resíduos gerados na Administração Pública: entre os resíduos produzidos em maior quantidade, BRASIL (2009, p. 75) cita “a geração de papéis, plásticos, cartuchos e tonners, lâmpadas fluorescentes, lixo eletrônico e, em menor quantidade, vidros e metais além de pilhas e baterias”.

2.4.5 Como implantar a A3P nas instituições

Inicialmente cabe a decisão da instituição de rever e por em prática as mudanças requeridas pelo programa em discussão. A instituição interessada deve assinar o termo de adesão demonstrando comprometimento com a Agenda e uma gestão transparente. Outra forma de participação seria através da chamada REDE A3P que é um canal de comunicação permanente cujo propósito é a difundir informações sobre temas importantes à Agenda.

Conforme Brasil (2009) e Brasil [2008] são cinco os passos para implantar a A3P.

O primeiro passo é criar a Comissão da A3P que deve ser composta por 5 a 10 pessoas as quais devem sensibilizar os gestores sobre a importância da implantação do programa.

Como segundo passo deve-se realizar o diagnóstico da instituição, ou seja, dirigir as medidas a serem estabelecidas na instituição, recolher informações relacionadas à A3P junto aos servidores, considerar as necessidades da instituição e detalhar seus gastos como um todo.

O terceiro passo é desenvolver projetos e atividades cabendo a Comissão Gestora, após a avaliação realizada no segundo passo, compor um Plano de Trabalho que contenha “os objetivos do projeto de implantação da A3P, as ações a serem realizadas, as metas mensuráveis e os recursos físicos e financeiros necessários, todos dentro de um cronograma de execução coerente” (BRASIL, 2009, p. 92).

Tem-se como quarto passo, promover a mobilização e sensibilização, pois é essencial a sensibilização dos servidores para que ocorra, de forma efetiva, o desenvolvimento das ações da A3P, que foram definidas no Plano de Trabalho, em especial no que diz respeito às mudanças de hábitos e atitudes.

O quinto passo é realizar avaliação e monitoramento das ações. Através do monitoramento e da avaliação são “identificados os pontos críticos, as melhorias indispensáveis e os procedimentos exitosos, de forma a indicar as necessidades e prioridades para replanejar atividades” (BRASIL, 2009, p. 93). Para a realização de um efetivo monitoramento é necessário que existam indicadores que meçam os avanços atingidos.

Diante da amplitude do tema, esta pesquisa terá por base os dados relativos aos eixos, temas e passos para a implantação da A3P nas organizações. Será utilizada, portanto, como guia orientador desta pesquisa a teoria sobre a A3P com interesse de analisar as atividades relacionadas à gestão ambiental no TJPB diante da relevância do tema.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Nesta terceira etapa da elaboração desta monografia serão abordados os aspectos metodológicos utilizados para o alcance do objetivo geral e dos objetivos específicos anteriormente citados. Para um maior esclarecimento, este tópico será dividido em tipo de pesquisa que será subdividido em: forma de abordagem, os objetivos ou fins, os meios ou procedimentos técnicos, a população e amostra, a coleta de dados e a análise dos dados.

3.1 TIPO DE PESQUISA

Existem vários tipos de pesquisa com diversas formas de abordagem, finalidades e delineamento. A seguir serão mostrados quais são as formas utilizadas nesta monografia.

3.1.1 Quanto à forma de abordagem

Este trabalho, em relação à forma de abordagem, apresenta-se como uma pesquisa qualitativa. Pode-se dizer que é qualitativo, pois na pesquisa houve a avaliação qualitativa da percepção dos gestores sobre a temática ambiental, não importando o número de gestores participantes e sim sua percepção sobre o assunto. Segundo Barreto (2012) a pesquisa qualitativa leva em conta a existência de um elo entre o mundo real e o sujeito, ou seja, um vínculo inseparável entre o mundo de objetividade e a subjetividade do indivíduo que não se pode traduzir em números. Roesch (2010, p. 154) argumenta que “pesquisa qualitativa e seus métodos de coleta e análise de dados são apropriados para uma fase exploratória da pesquisa” (ROESCH, 2010, p. 130).

3.1.2 Quanto aos objetivos ou fins

O presente estudo trata-se de uma pesquisa exploratória e também pesquisa descritiva com a utilização de questionário. Neste trabalho optou-se pela aplicação de questionário para trazer maior viabilidade na realização da pesquisa, tendo em vista que os gestores são bastante ocupados e para abranger o conteúdo previsto no programa A3P, a utilização de entrevista seria muito cansativa para os participantes da pesquisa.

Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 99) dizem que estudos exploratórios são realizados geralmente quando “o objetivo é examinar um tema ou problema de pesquisa pouco estudado, do qual se tem muitas dúvidas ou não foi abordado antes” sendo a presente pesquisa este tipo de pesquisa tendo em vista que poucos são os estudos do tema abordado em organizações públicas. Também conforme os autores anteriormente citados (p. 101) “em um estudo descritivo seleciona-se uma série de questões e mede-se ou coleta-se informação sobre cada uma delas, para assim [...] descrever o que se pesquisa”. Como neste trabalho se faz o uso de análise do questionário aplicado junto aos gestores, a coleta de informações sobre a questão ambiental na organização se caracteriza por uma pesquisa descritiva, em que serão descritos os resultados obtidos na pesquisa.

3.1.3 Quanto aos procedimentos técnicos

Os procedimentos técnicos utilizados na pesquisa foram:

Pesquisa Bibliográfica: para a elaboração do referencial teórico desta monografia foram utilizados livros, artigos e materiais disponibilizados na Internet, sendo a pesquisa bibliográfica definida, conforme Severino (2007, p. 122), como “aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.”.

Pesquisa documental: tendo em vista a utilização de um documento da organização em estudo, ou seja, o Planejamento Estratégico do TJPB, mais especificamente no item 4.2.7 desta monografia.

3.1.4 Sujeitos da pesquisa: população e amostra

A população (o universo da pesquisa) do presente estudo foram todos os gestores do Anexo Administrativo do TJPB, o qual tem um montante de 37 gestores, totalizando 28 gerentes e 9 diretores. Já a amostragem, por sua vez, se constituiu pelo maior número possível de gestores que aceitaram participar da pesquisa. Nesta pesquisa a amostragem foi de 27 gestores, sendo 20 gerentes e 7 diretores, tendo em vista que nem todos quiseram participar da pesquisa. Portanto, utilizou-se uma amostragem não probabilística por questões de julgamento, intencionais, tendo em vista que não importa a quantidade de gestores pesquisados, mas sim as repostas expressas pelos mesmos que serão fundamentais para avaliar sobre ações ambientais do TJPB. A amostra não probabilística, conforme Sampieri; Collado e Lucio (2006, p. 255) é o “subgrupo da população no qual a escolha dos elementos não depende da probabilidade, e sim das características da pesquisa”.

A pesquisa foi realizada com os gestores do Tribunal por questão de conveniência em virtude de este ser o local de trabalho da pesquisadora e pelo fato de que esta pesquisa visou verificar as ações realizadas pela organização, assim como a percepção e conhecimento dos gestores quanto ao tema ambiental.

3.1.5 Coleta dos dados

Quanto à técnica de coleta de dados, na presente pesquisa foi utilizado questionário elaborado pela pesquisadora (utilizando como base os dados disponibilizados nas cartilhas da A3P) com questões fechadas, questões fechadas com opções de múltipla escolha e questões abertas. A utilização das questões fechadas com resposta única (dentre as alternativas sim, não, não sei) foi importante para aferir o conhecimento dos gestores acerca da temática ambiental no TJPB. Já as questões fechadas de múltipla escolha foram escolhidas para que se elencassem, percentualmente, as ações ambientais desenvolvidas pelo Tribunal. E as questões abertas foram utilizadas para a elucidação de questionamentos mais extensos.

Para a elaboração do questionário utilizou-se como apoio os critérios ambientais (expostos no referencial teórico desta monografia) divulgados na Agenda Ambiental da Administração Pública, ou seja, as questões abordaram os temas da Coleta Seletiva Solidária;

qualidade de vida; compras sustentáveis; consumo de papel; eficiência energética; consumo de água e manutenção da frota oficial de veículos.

Tendo em vista o fato de os gestores não possuírem muito tempo, a estratégia adotada foi deixar o questionário com os mesmos, passando a pesquisadora posteriormente para coletá-los.

A pesquisa foi realizada nos meses de outubro e novembro de 2012, tendo em vista que a cada 2 anos há mudança de gestores no Anexo Administrativo do TJPB, o que ocorreu neste ano de 2013.

3.1.6 Análise dos dados

Nesta pesquisa foi utilizada a ferramenta Microsoft Excel (versão 2010) que permitiu a construção das Figuras deste trabalho. Procedeu-se a análise das categorias dados socioeconômicos, conhecimento acerca das atividades socioambientais entre os participantes do TJPB e a análise da percepção de importância das questões abordadas no questionário, nas quais a resposta deveria ser única, considerando que 100% equivalem ao número de pessoas que responderam ao questionário (no caso foram 27 pessoas) e "x%" equivalem à alternativa escolhida. Por exemplo: dos 27 participantes, 15 disseram sim o que equivale a:

$$27 - 100\%$$

$$15 - x\%$$

$$\text{Logo } x = 55,55\%$$

Já na categoria ações socioambientais realizadas pelo TJPB, a análise procedeu-se de forma diferente. Nestas questões as respostas obtidas eram de múltipla escolha e para tal considerou-se que 100% equivalem ao número de pessoas que responderam ao questionário (no caso foram 27 pessoas) e "x%", ao número de pessoas que escolheram cada alternativa. Por exemplo: 27 participantes responderam uma questão de múltipla escolha que possuía duas alternativas. Digamos que a alternativa 1 obteve 20 marcações e a alternativa 2 foi marcada por 8 pessoas, o que equivale a:

Alternativa 1 (20)

Alternativa 2 (8)

Logo:

$$27 - 100\% \qquad 27 - 100\%$$

$$20 - x\% \qquad 08 - x\%$$

$$X = 74,07\% \qquad x = 29,63\%$$

Assim, cada item foi avaliado de forma individual.

Quanto às questões abertas, procedeu-se à análise, de forma subjetiva, agrupando as respostas em grupos equivalentes, sempre no intuito de atender aos objetivos específicos.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste quarto capítulo se realizou a divulgação e análise dos dados no sentido de atender os objetivos propostos. Para tanto este tópico está dividido em subtópicos de forma a seguir uma sequência lógica na exposição dos dados obtidos.

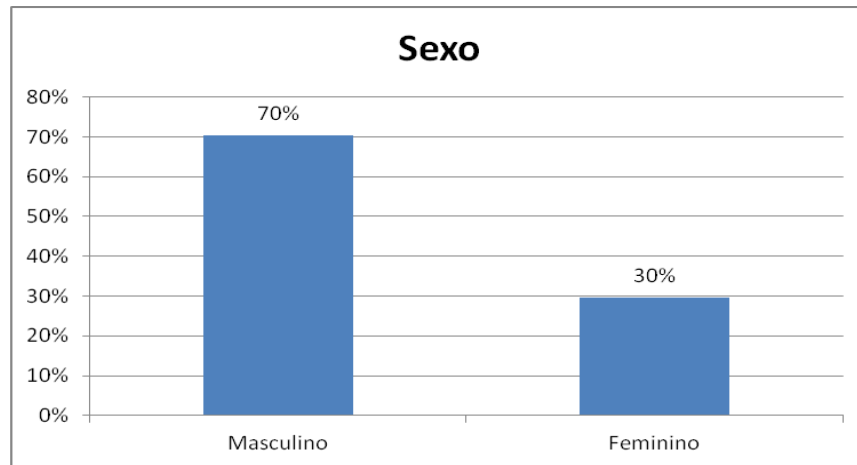
Inicialmente serão dispostos os dados socioeconômicos dos participantes e a seguir serão disponibilizados os dados relacionados às questões socioambientais no Anexo Administrativo do TJPB.

4.1 DADOS SOCIOECONÔMICOS DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada com 27 gestores do Anexo Administrativo (de um total de 37), sendo 7 destes Diretores e 20 Gerentes, o que representa um total de 73% de todos os gestores do Anexo. Nesta pesquisa não se conseguiu 100% de participação da amostra escolhida, pois nem todos os gestores quiseram participar da mesma. A pesquisa foi realizada nos meses de outubro e novembro de 2012, tendo em vista que a cada 2 anos há mudança de gestores no Anexo Administrativo do TJPB, o que ocorreu neste ano de 2013. A seguir, dispõem-se os dados coletados com a pesquisa, bem como a análise dos mesmos.

Dos 27 gestores participantes da pesquisa, 19 foram do sexo masculino (70%) e 8 do sexo feminino (30%), conforme se observa na Figura 1.

Figura 1 – Sexo dos entrevistados

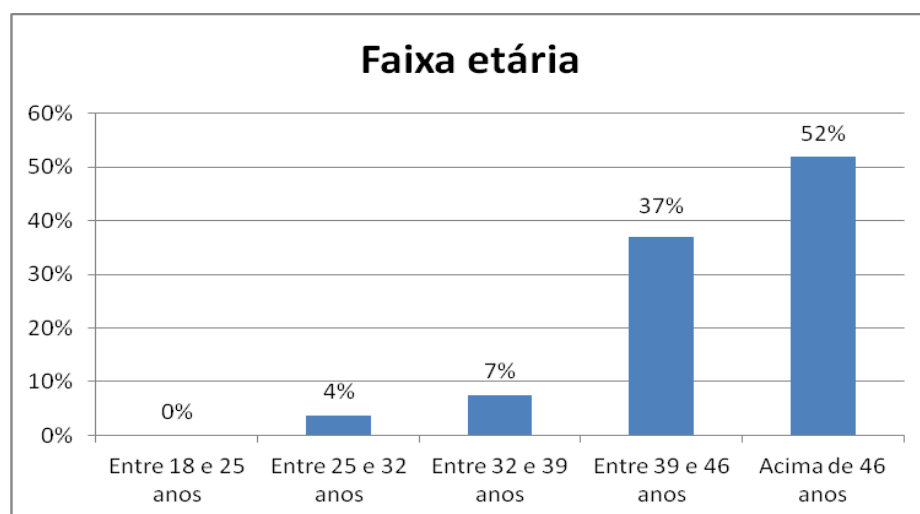


Fonte: Dados coletados em pesquisa (2012)

Percebe-se que o número de mulheres que ocupam cargo de chefia é bem menor se comparado ao número de homens, porém já é um avanço nas relações de gênero, pois “ hoje, as mulheres ocupam cargos que antes só eram ocupados por homens, chegam a altos postos políticos e dirigem empresas” (CAPPELLE *et al*, 2003 apud LUCAS *et al*, 2010).

Em relação a faixa etária dos participantes, nenhum possui idade entre 18 e 25 anos (0%), 1 possui idade entre 25 e 32 anos (4%), 2 têm idade entre 32 e 39 anos (7%), 10 possuem entre 39 e 46 anos (37%) e 14 pessoas estão na faixa etária acima de 46 anos (52%), conforme se pode observar na Figura 2.

Figura 2: Faixa etária dos entrevistados

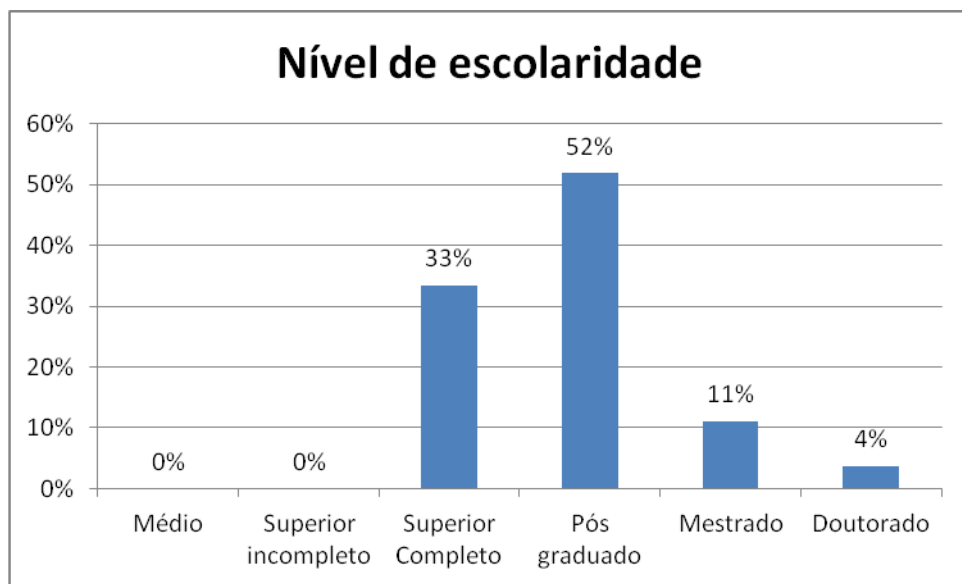


Fonte: Dados coletados em pesquisa (2012)

As oportunidades para ocupar cargo de gestor no TJPB são maiores para pessoas com mais de 39 anos, conforme foi verificado na figura acima, tendo em vista que nesses cargos é necessário possuir mais experiência.

Quanto ao nível de escolaridade, nenhum dos participantes possuía apenas ensino médio, nem nível superior incompleto (0%) – o que é compreensível, pois os cargos de gestão normalmente são ocupados por pessoas com maior grau de instrução, 9 possuem nível superior completo (33%), 14 apresentam pós graduação (especialização) (52%), 3 são mestres (11%) e 1 é doutor (4%), sendo estes dados visualizados na Figura 3.

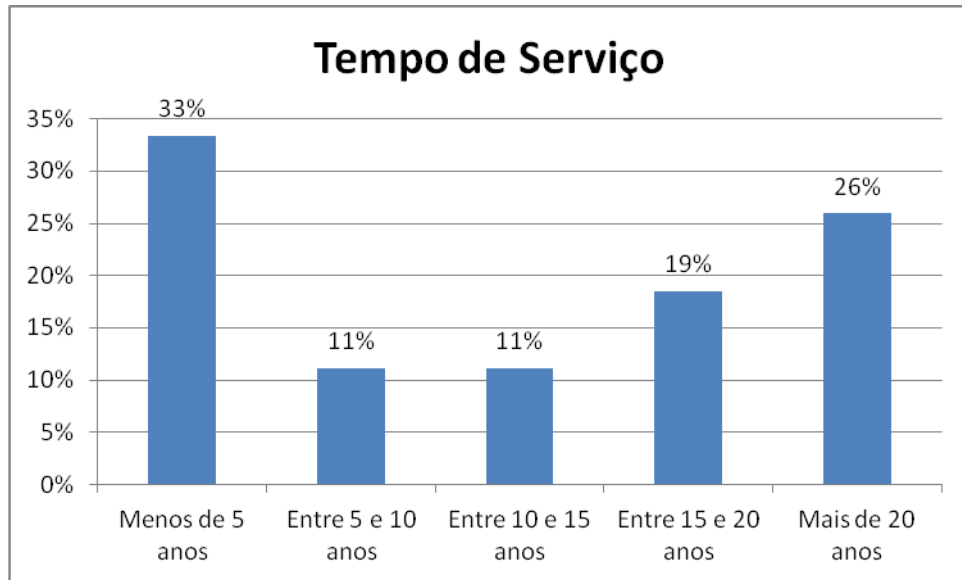
Figura 3: Nível de escolaridade dos participantes da pesquisa



Fonte: Dados coletados em pesquisa (2012)

Em se tratando do tempo de serviço no TJPB, 9 gestores trabalham a menos de 5 anos na organização (33%), 3 trabalham entre 5 a 10 anos no Tribunal (11%), 3 estão trabalhando entre 10 a 15 anos na instituição (11%), 5 já trabalham no TJPB entre 15 e 20 anos (19%) e 7 pessoas trabalham a mais de 20 anos no Tribunal (26%), conforme se visualiza na Figura 4. Esse dado demonstra que as oportunidades para ocupar cargos de gestão são maiores para pessoas com menos tempo de “casa”, as quais, geralmente, são pessoas que não tem vínculo efetivo com o Tribunal em questão.

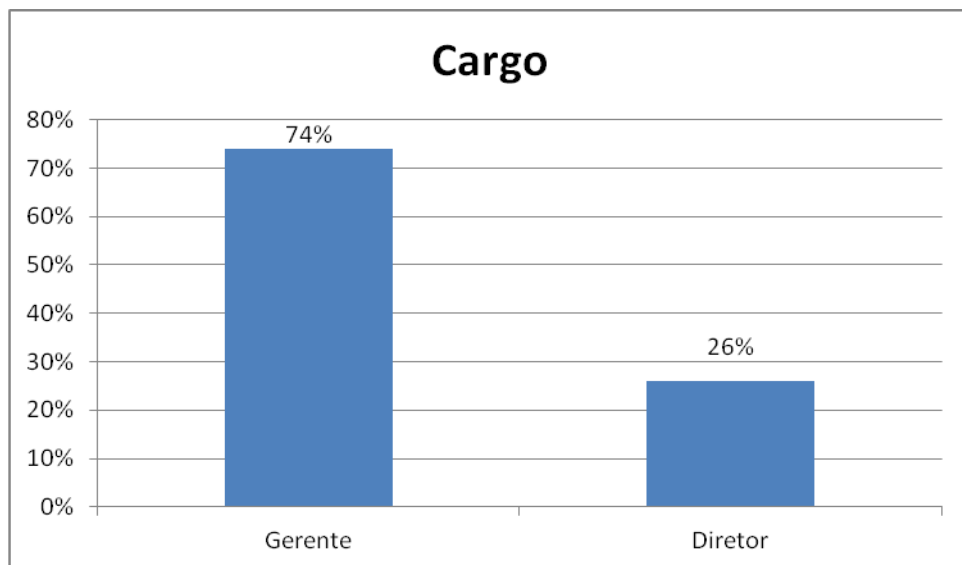
Figura 4: Tempo de serviço no TJPB



Fonte: Dados coletados em pesquisa (2012)

Quanto ao cargo ocupado pelos gestores que participaram da pesquisa, 7 são diretores (26%) e 20 são gerentes (74%), conforme se observa na Figura 5 a seguir.

Figura 5: Cargo ocupado pelos gestores do TJPB



Fonte: Dados coletados em pesquisa (2012)

A título de curiosidade, dos 7 diretores apenas 1 é mulher.

A seguir está disposto um quadro resumo com os dados socioeconômicos dos participantes.

Quadro 2: Resumo dos dados socioeconômicos dos participantes da pesquisa

| Perguntas | Respostas | Nº de participantes (x%) |
|--------------------------|-------------------------|--------------------------|
| Sexo | Masculino | 19 (70%) |
| | Feminino | 8 (30%) |
| Faixa etária | Entre 25 e 32 anos | 1 (4%) |
| | Entre 32 e 39 anos | 2 (7%) |
| | Entre 39 e 46 anos | 10 (37%) |
| | Acima de 46 anos | 14 (52%) |
| Nível de escolaridade | Nível Superior Completo | 9 (33%) |
| | Especialização | 14 (52%) |
| | Mestrado | 3 (11%) |
| | Doutorado | 1 (4%) |
| Tempo de serviço no TJPB | Menos de 5 anos | 9 (33%) |
| | Entre 5 e 10 anos | 3 (11%) |
| | Entre 10 e 15 anos | 3 (11%) |
| | Entre 15 e 20 anos | 5 (19%) |
| | Mais de 20 anos | 7 (26%) |
| Cargo | Gerente | 20 (74%) |
| | Diretor | 7 (26%) |

Fonte: Dados coletados em pesquisa (2012)

Apesar dos dados socioeconômicos dos participantes não terem importância no alcance dos objetivos propostos, nesta pesquisa optou-se por mostrá-los para fins de conhecimento dos participantes. Observou-se que a maior parte dos gestores é homem, com

mais de 46 anos, que possui especialização e trabalha a menos de 5 anos no Tribunal. No próximo tópico, seguem os dados relacionados às questões socioambientais no Anexo Administrativo do TJPB.

4.2 CONHECIMENTO ACERCA DAS ATIVIDADES SOCIOAMBIENTAIS ENTRE OS PARTICIPANTES DO TJPB

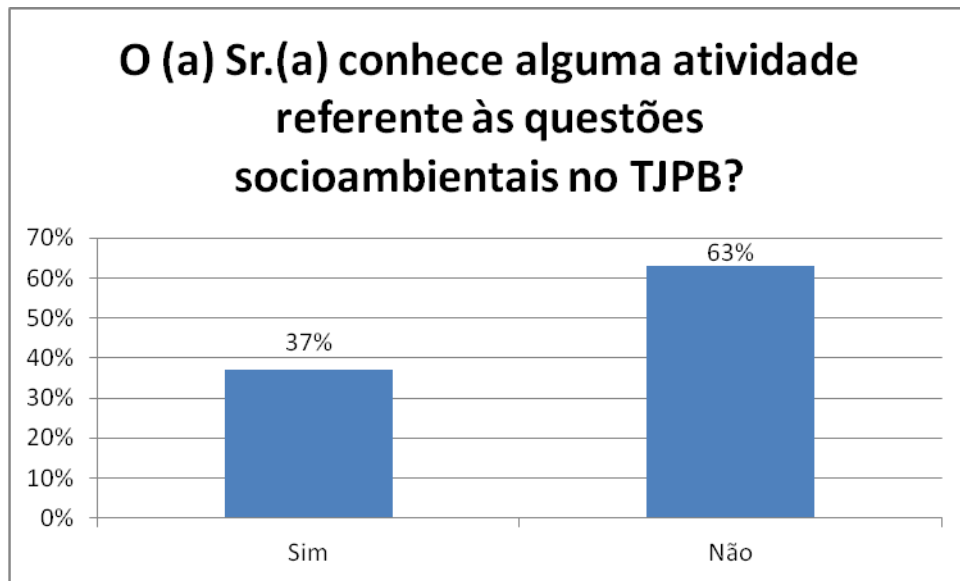
Nesta categoria as perguntas versaram sobre o conhecimento dos participantes da pesquisa sobre: o fato de o Tribunal possuir ou não alguma atividade referente às questões socioambientais no ambiente de trabalho; a A3P; a aderência ou pretensão de adesão do TJPB à A3P; a participação ou não do Tribunal em questão na coleta seletiva da cidade de João Pessoa; a promoção ou não pela organização da sensibilização e da capacitação dos servidores quanto à responsabilidade socioambiental e sobre a existência ou não de monitoramento quanto ao consumo de água, luz e papel pelo TJPB.

Com esses dados foi alcançado o objetivo de verificar o conhecimento da temática ambiental, mais especificamente dos temas da A3P, junto aos gestores do Anexo Administrativo do TJPB. Segue a análise dos dados desta categoria.

4.2.1 Conhecimento sobre atividades socioambientais no TJPB

Inicialmente foi realizada uma pergunta relativa ao conhecimento dos gestores sobre o fato de o Tribunal possuir ou não alguma atividade referente às questões socioambientais no ambiente de trabalho. Caso a resposta fosse afirmativa, eles deveriam dizer que atividades eram estas e como se iniciaram, de quem havia sido a iniciativa e se estas foram impostas, ou houve consenso a partir das discussões. Como resultado, a pesquisa mostrou que 17 gestores não tem o conhecimento sobre atividades relativas às questões socioambientais no ambiente de trabalho do Tribunal (63%) e 10 declararam que o TJPB possui atividades relacionadas às questões em comento (37%), conforme se visualiza na Figura 6.

Figura 6: Conhecimento sobre atividades socioambientais no TJPB



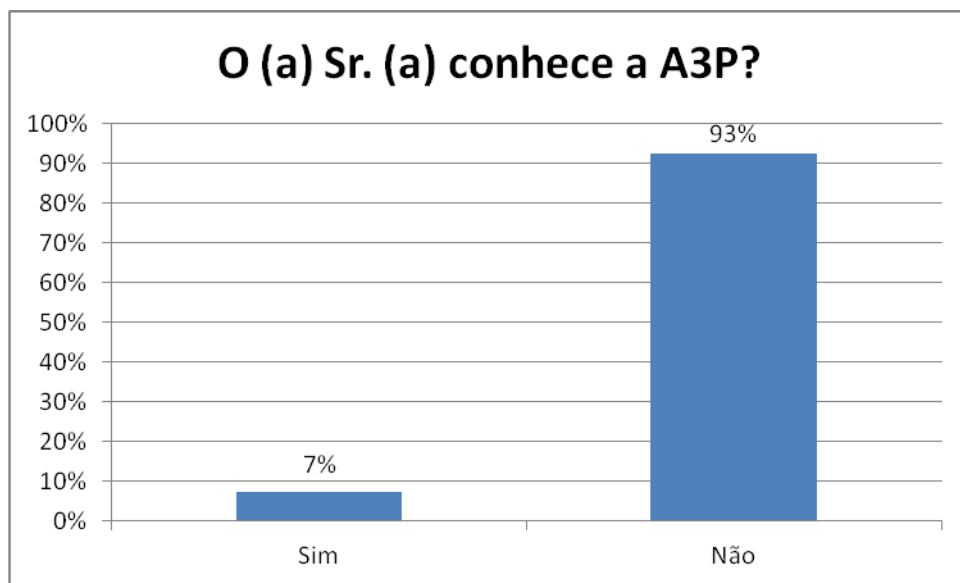
Fonte: Dados coletados em pesquisa (2012)

Dos 10 participantes que disseram sim, 1 disse apenas que as atividades foram naturais, não sendo impostas pelo Tribunal; 5 falaram, em linhas gerais, que houve a implantação de coleta seletiva, e que há um projeto de economia de energia, água e papel que ocorreu através de discussões e por iniciativa da Gerência de Qualidade de Vida; 1 disse que com a implantação dos processos eletrônicos há a economia de papel, tinta; 1 respondeu que existe a atividade de coleta seletiva, campanhas de vacinação, readaptação do horário de expediente (são 7 horas corridas), consultoria para efficientização do consumo de energia e água sendo estas ações objeto de discussões no âmbito da Mesa Diretora e determinação da Presidência do Tribunal e 2 pessoas disseram que está em implantação, nos projetos de construção das novas unidades judiciárias o reaproveitamento das águas pluviais e da condensação do sistema de climatização, uso de energias renováveis e uso de lâmpadas mais eficientes.

4.2.2 Conhecimento dos gestores sobre a A3P

Em seguida, foi questionado aos participantes da pesquisa sobre o conhecimento ou não da Agenda Ambiental na Administração Pública. Dos 27 pesquisados apenas 2 disseram ter conhecimento deste Programa do Governo Federal (7%) e 25 não o conhecem (93%), conforme demonstra a Figura 7. De acordo com o que foi mencionado anteriormente, o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública, conhecido pela sigla A3P, foi criado em 2001 e, apesar de um período de 11 anos de existência, nem todos tem o conhecimento deste importante Programa do Governo Federal.

Figura 7: Conhecimento sobre a A3P



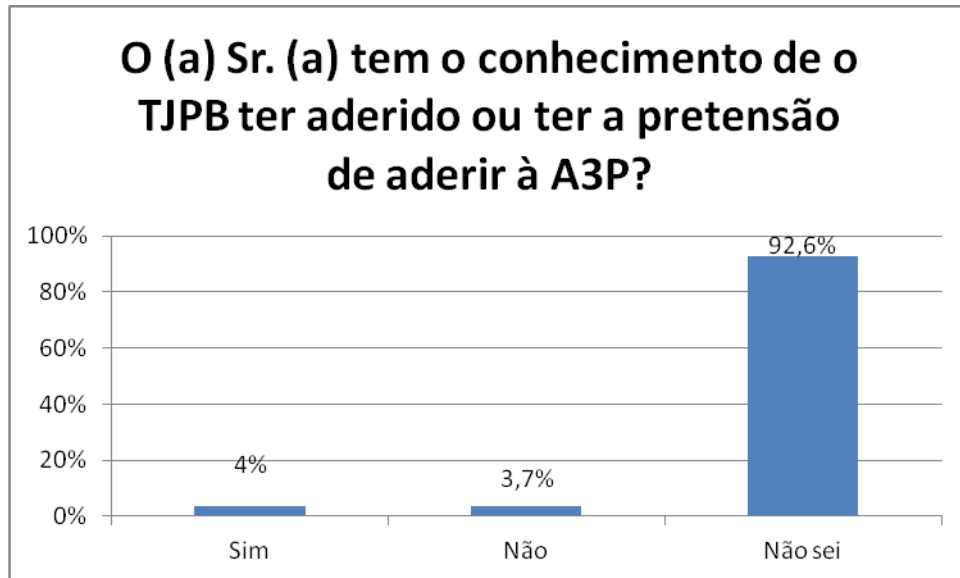
Fonte: Dados coletados em pesquisa (2012)

4.2.3 Conhecimento dos gestores sobre a adesão ou a pretensão de adesão do TJPB a A3P

Outra pergunta feita aos gestores foi se o Tribunal aderiu ou pretende aderir à A3P. 1 pessoa disse sim (3,7%), 1 disse não (3,7%) e a grande maioria (25 pessoas) respondeu não

saber sobre o assunto (92,6%), dados observados na Figura 8. Percebe-se, pelos dados expostos, que os gestores do TJPB não têm conhecimento sobre o assunto na referida instituição.

Figura 8: TJPB aderiu ou pretende aderir à A3P?

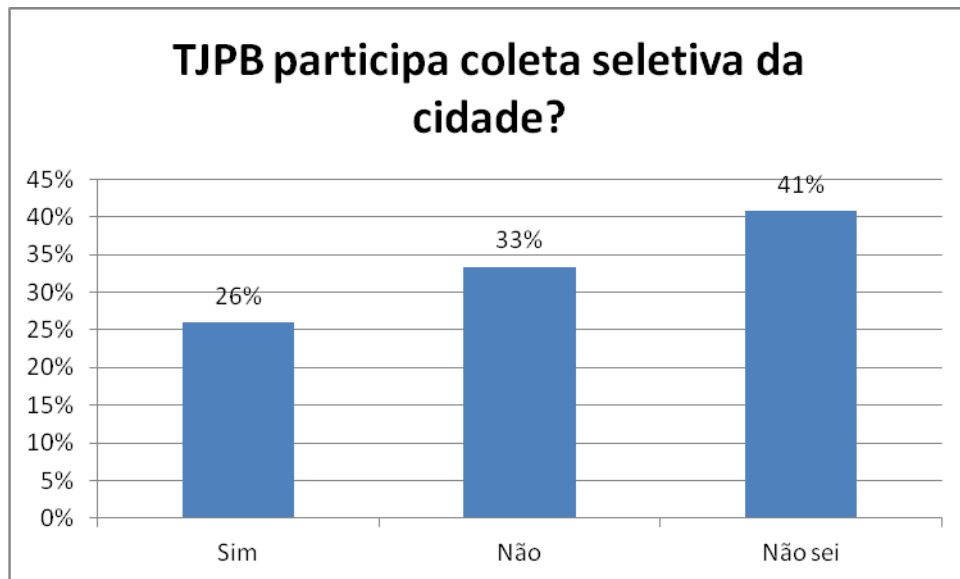


Fonte: Dados coletados em pesquisa (2012)

4.2.4 Conhecimento sobre a participação ou não do TJPB na coleta seletiva da cidade de João Pessoa

Também se perguntou aos participantes, se o Tribunal em estudo participa ou não da coleta seletiva da cidade de João Pessoa, e apenas 7 pessoas disseram que sim (26%), 9 responderam que não (33%) e 11 falaram que não sabiam (41%), conforme é visto na Figura 9. Percebe-se que os gestores, em sua maioria, não tem conhecimento sobre o assunto. Esta pergunta teve como enfoque o tema da Coleta Seletiva Solidária.

Figura 9: TJPB participa da coleta seletiva da cidade?

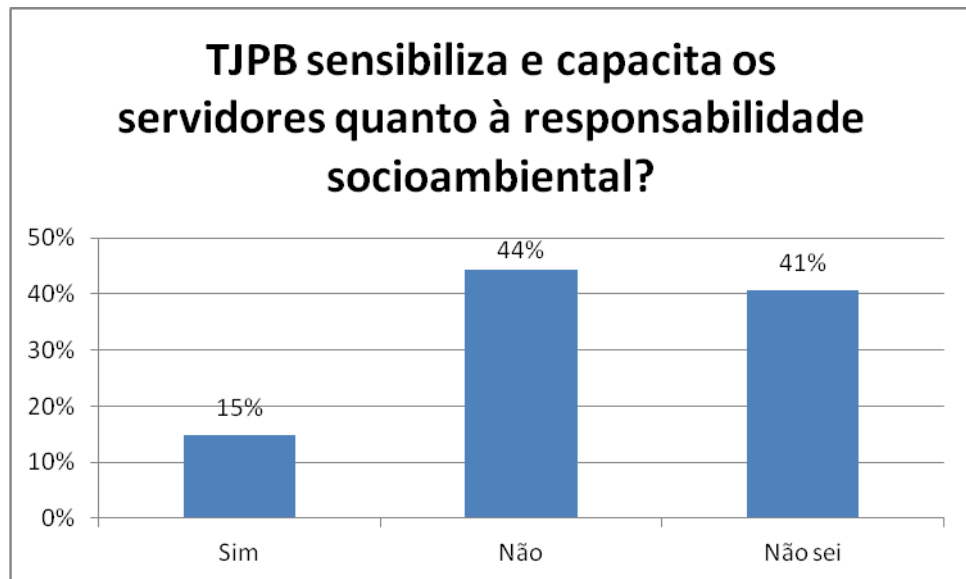


Fonte: Dados coletados em pesquisa (2012)

4.2.5 Conhecimento sobre a promoção ou não, pelo TJPB, da sensibilização e da capacitação dos servidores quanto à responsabilidade socioambiental

Também se perguntou aos participantes se são promovidas ou não, pelo TJPB, a sensibilização e a capacitação dos servidores quanto à responsabilidade socioambiental. Na Figura 10, observa-se o seguinte: 4 disseram que sim (15%), 12 disseram que não (44%) e 11 (41%) não souberam responder se o Tribunal em questão sensibiliza e capacita os servidores quanto à responsabilidade socioambiental. Sabe-se que a criação e a consolidação da consciência dos servidores sobre a responsabilidade socioambiental é imprescindível para a implantação de atividades relacionadas ao tema, seja redução de consumo de papel, de energia, de água. Este é um dos projetos que estão presentes no Planejamento estratégico do TJPB que deve ser mais bem trabalhado para que os servidores se sensibilizem e sejam capacitados para “abraçar” a causa da responsabilidade socioambiental.

Figura 10: Sensibilização e capacitação dos servidores do TJPB quanto à responsabilidade socioambiental

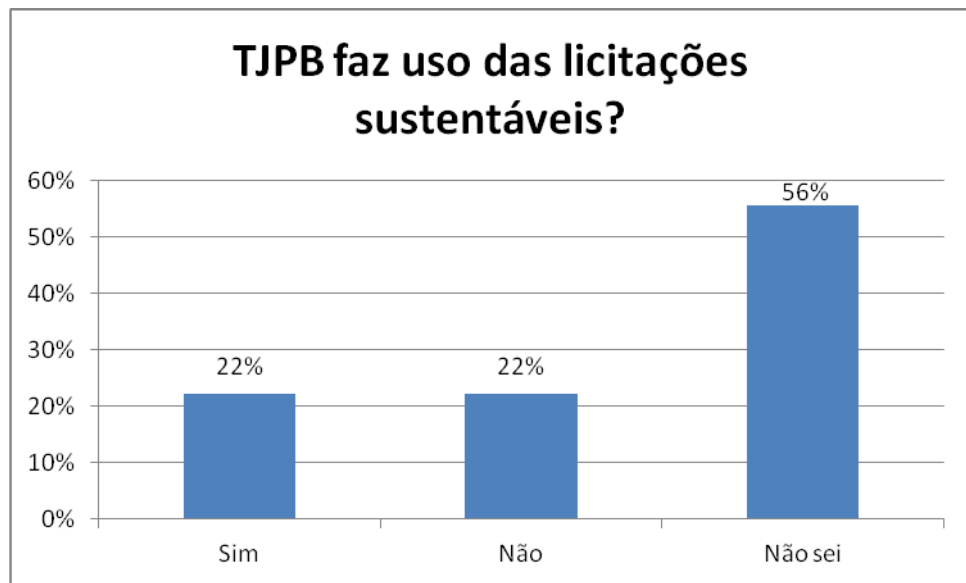


Fonte: Dados coletados em pesquisa (2012)

4.2.6 Conhecimento sobre a utilização ou não, pelo TJPB, das licitações sustentáveis

Em relação ao eixo da A3P licitações sustentáveis, perguntou-se aos participantes se o TJPB faz ou não uso deste recurso como proteção ambiental. Obteve-se o seguinte resultado: 6 disseram que sim (22%), 6 disseram que não (22%) e 15 disseram não saber (56%), conforme visto na Figura 11 a seguir. De acordo com o que foi discorrido na parte teórica deste trabalho, a responsabilidade socioambiental deve existir também nas compras realizadas pela administração pública e as licitações sustentáveis são uma forma de os poderes públicos assumirem esse papel, por exemplo, comprando papel reciclado, comprando móveis de produtores que promovam o manejo florestal correto e o uso mais eficiente e responsável da madeira.

Figura 11: Uso das licitações sustentáveis pelo TJPB

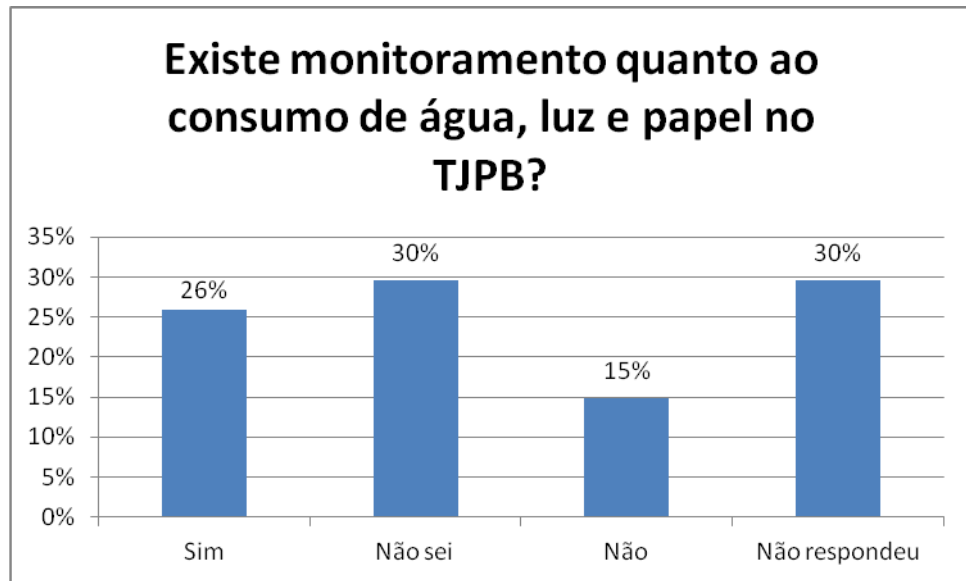


Fonte: Dados coletados em pesquisa (2012)

4.2.7 Conhecimento sobre a existência ou não de monitoramento quanto ao consumo de água, luz e papel no TJPB

Além das questões já comentadas, também foi elaborada a pergunta sobre a existência ou não de monitoramento quanto ao consumo de água, luz e papel no TJPB, obtendo-se o seguinte resultado: 7 pessoas disseram que sim (25,9%), 8 responderam que não sabem se existe esse monitoramento (29,6%), 4 disseram que este monitoramento não existe (14,8%) e 8 não responderam esta questão (29,6%) (Figura 12). Das pessoas que disseram que existe o monitoramento as 7 responderam que existe o monitoramento de energia através de uma empresa contratada que é paga de acordo com o melhor nível alcançado na economia de energia e destas pessoas 2 se referiram também ao acompanhamento dos gastos de água através das contas de seu consumo e de papel através de controle das saídas de papel do almoxarifado central.

Figura 12: Existe monitoramento quanto ao consumo de água, luz e papel no TJPB?



Fonte: Dados coletados em pesquisa (2012)

Sabe-se que através do monitoramento e da avaliação são “identificados os pontos críticos, as melhorias indispensáveis e os procedimentos exitosos, de forma a indicar as necessidades e prioridades para replanejar atividades” (BRASIL, 2009, p. 93) e para a realização de um efetivo monitoramento é necessário que existam indicadores que meçam os avanços atingidos. Poucos participantes (25,9%) disseram que há o monitoramento de energia e que existe uma empresa responsável por isso, logo os indicadores utilizados não foram mencionados pelos gestores. Quanto ao gasto com água faz-se controle através das contas do consumo e o indicador do gasto com papel é feito pelo controle das saídas de papel do almoxarifado. No Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba há menção dos indicadores, conforme abaixo relacionados, relativos ao Projeto TJ Economia: Custo de energia – Como é medido: Valor gasto (R\$) com energia no período. Meta: Reduzir em 20% o gasto com energia, até 2014; Consumo de papel – Como é medido: Quantidade de resmas de papel utilizada no período. Meta: Reduzir em 20% o consumo de papel, até 2014; Consumo de água – Como medir: Volume de água consumido no período. Meta: Reduzir em 20% o consumo de água, até 2014; Consumo de energia – Como medir: Total de energia (kWh) consumido no período. Meta: Reduzir em 20% o consumo de energia, até 2014. Todos estes indicadores devem ser utilizados para avaliar a racionalização do consumo de papel, água e energia e a utilização responsável dos recursos ambientais. Este é um tema que precisa

ser mais discutido dentro da organização em questão, pois é fundamental para o alcance da eficiência no gasto com papel, água e energia e todos devem ter o conhecimento sobre o assunto não permanecendo restrito de forma exclusiva a alguns setores.

Para melhor visualização dos resultados obtidos na categoria em questão, seguem quadros resumo.

Quadro 3: Resumo do conhecimento acerca das atividades socioambientais entre participantes do TJPB

| Pergunta | Respostas | |
|--|--|------------------------|
| O (a) Sr. (a) tem conhecimento se o TJPB possui ou não atividades referentes às questões socioambientais no ambiente de trabalho | Sim - 10 pessoas (37%) | Não – 17 pessoas (63%) |
| Se a resposta foi afirmativa, que atividades são estas e como se iniciaram. | Implantação de Coleta Seletiva e Projeto de Economia de Energia, água e papel com iniciativa da Gerência de Qualidade de Vida – 5 pessoas | |
| | Projetos de construção das novas unidades judiciárias com reaproveitamento das águas da chuva e da condensação do sistema de climatização, uso de energias renováveis e de lâmpadas mais eficientes – 2 pessoas | |
| | Coleta seletiva, campanhas de vacinação, horário de expediente (7 horas “corridas”), consultoria para efficientização do consumo de água, energia, sendo a iniciativa uma determinação da Presidência do Tribunal – 1 pessoa | |
| | Implantação dos processos eletrônicos economizando papel – 1 pessoa | |
| | Atividades naturais, não impostas pelo Tribunal – 1 pessoa | |

Fonte: Dados coletados em pesquisa (2012)

Quadro 4: Resumo do conhecimento acerca das atividades socioambientais entre participantes do TJPB

| Pergunta | Respostas | | | |
|--|-----------|-----------|------------|---------------|
| | Sim | Não | Não sei | Não respondeu |
| 1 O Sr. (a) conhece a A3P | 2 (7%) | 25 (93%) | ----- | ----- |
| 2 O TJPB aderiu ou pretende aderir à A3P | 1 (3,7%) | 1 (3,7%) | 25 (92,6%) | ----- |
| 3 O TJPB participa da coleta seletiva da cidade de João Pessoa | 7 (26%) | 9 (33%) | 11 (41%) | ----- |
| 4 O TJPB sensibiliza e capacita os servidores quanto à responsabilidade socioambiental | 4 (15%) | 12 (44%) | 11 (41%) | ----- |
| 5 O TJPB faz uso de licitações sustentáveis | 6 (22%) | 6 (22%) | 15 (56%) | ----- |
| 6 Existe monitoramento quanto ao consumo de água, luz e papel no TJPB | 7 (25,9%) | 4 (14,8%) | 8 (29,6%) | 8 (29,6%) |

Fonte: Dados coletados em pesquisa (2012)

Percebeu-se que a maioria dos gestores não tinha conhecimento sobre os assuntos abordados no questionário. Portanto, deve haver a socialização do conhecimento e a gestão do conhecimento é elementar para este fim.

Conforme Saito (2012), a gestão do conhecimento deve ser utilizada para estimular as pessoas a compartilhar o conhecimento que possuem, de forma a criar um ambiente de trabalho no qual toda experiência válida pode ser acessada pelos outros colaboradores e aplicada em suas atividades a fim de elevar a produtividade da companhia.

No caso do Tribunal, o conhecimento necessita ser amplamente compartilhado, para que os gestores possam incentivar uma participação dos colaboradores nas ações socioambientais da organização. Para que se implementem as ações socioambientais é necessário a sensibilização dos colaboradores e os gestores tem papel fundamental nesta tarefa.

No tópico seguinte serão dispostas as ações socioambientais realizadas no TJPB que são de conhecimento dos gestores participantes da pesquisa.

4.3 AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS REALIZADAS PELO TJPB

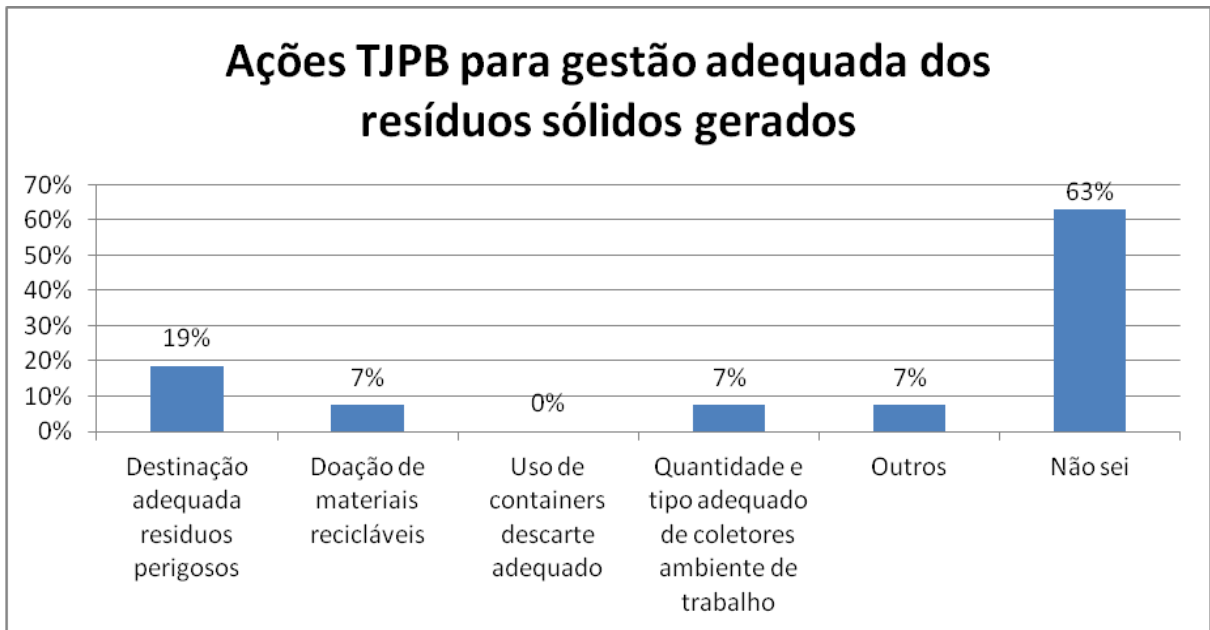
Nesta categoria as perguntas versaram sobre as ações realizadas pelo TJPB quanto: a gestão adequada dos resíduos sólidos gerados; a promoção da qualidade de vida; ao uso de papel; a eficiência energética; ao gasto com água e a frota de veículos.

Com estas questões foi alcançado o objetivo de listar as ações desenvolvidas no Anexo Administrativo do TJPB referentes às questões socioambientais no ambiente de trabalho. Segue a análise dos dados desta categoria.

4.3.1 Ações do TJPB para uma gestão adequada dos resíduos sólidos gerados

Inicialmente, questionou-se aos participantes quais ações o Tribunal realiza quanto à gestão adequada de resíduos sólidos gerados. Obteve-se o seguinte resultado (Figura 13): 5 responderam que o TJPB destina adequadamente resíduos perigosos como materiais de saúde e lâmpadas (19%), 2 disseram que o Tribunal faz doação de materiais recicláveis para cooperativas de catadores de lixo (7%), ninguém respondeu que a organização em estudo faz uso de containers para descarte adequado do lixo (0%), 2 falaram que no Tribunal existe coletores na quantidade e tipo adequados ao ambiente de trabalho (7%), 2 falaram outras ações do TJPB (7%), sendo que 1 destes falou que estas ações estão em implantação no Tribunal e o outro disse que não há nenhuma ação por parte do mesmo e 17 disseram não saber se o Tribunal possui ou não uma gestão adequada dos resíduos sólidos gerados (63%).

Figura 13: Ações do TJPB para uma gestão adequada dos resíduos sólidos gerados



Fonte: Dados coletados em pesquisa (2012)

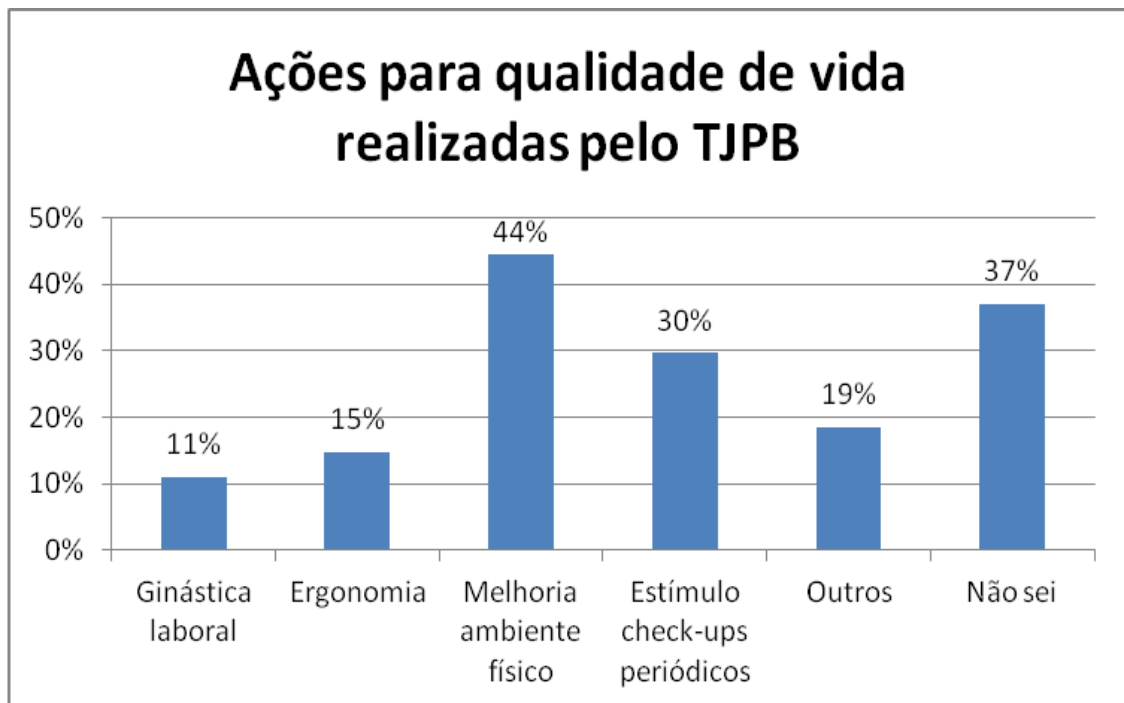
A pergunta anterior se embasou no eixo temático da A3P gestão adequada dos resíduos gerados. Mais uma vez, verificou-se que não há o conhecimento por parte da maioria dos gestores que participaram da pesquisa do envolvimento do Tribunal com uma gestão adequada dos resíduos sólidos. Conforme BRASIL (2009, p. 75) “a geração de papéis, plásticos, cartuchos e tonners, lâmpadas fluorescentes, lixo eletrônico e, em menor quantidade, vidros e metais além de pilhas e baterias” são os principais resíduos produzidos pela Administração Pública. É de suma importância uma gestão adequada dos resíduos gerados pelo Tribunal tanto para a “saúde” do meio ambiente quanto para servir de exemplo para a sociedade como um todo.

4.3.2 Ações para promover qualidade de vida realizadas pelo TJPB

Outra pergunta realizada aos participantes da pesquisa foi relativa às ações para promoção da qualidade de vida que eram realizadas pelo TJPB. Na Figura 14, observa-se o

seguinte: 3 disseram que o Tribunal faz uso da ginástica laboral para promover qualidade de vida (11%), 4 responderam que a ergonomia promove a qualidade em questão (15%), 12 falaram que o Tribunal promoveu uma melhoria no ambiente físico (44%), 8 disseram que há um estímulo á realização de *check-ups* periódicos (30%), 5 apontaram outras ações de promoção da qualidade de vida no ambiente de trabalho (19%) e 10 responderam não ter conhecimento sobre qualquer ação realizada pelo Tribunal para promoção da qualidade de vida (37%).

Figura 14: Ações para promover qualidade de vida realizadas pelo TJPB



Fonte: Dados coletados em pesquisa (2012)

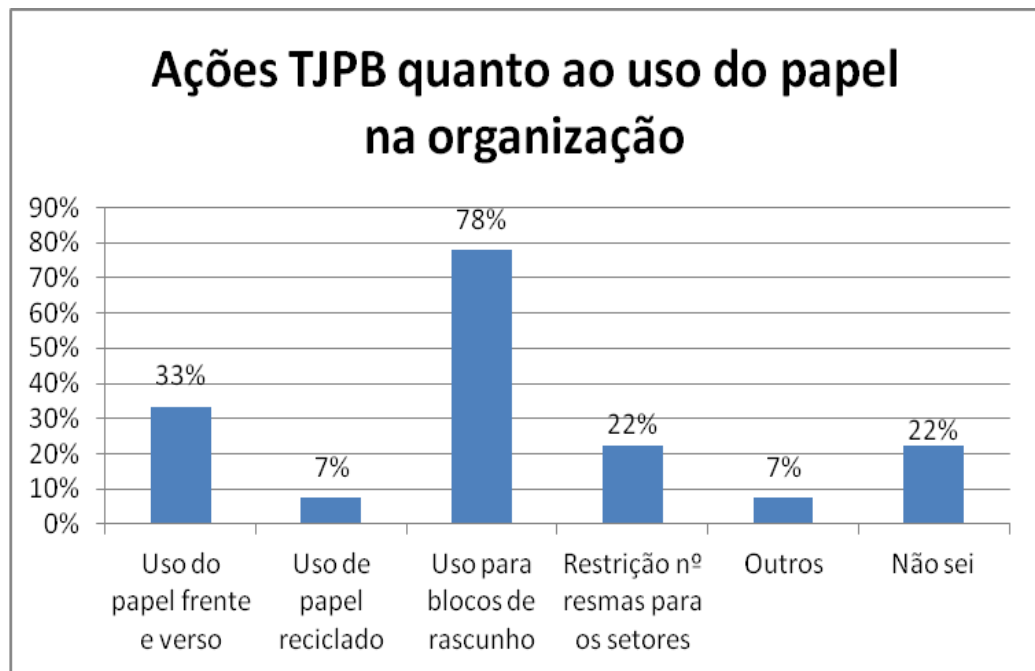
Dentre as 5 pessoas que disseram outras ações, 3 delas falaram que o TJPB promove a vacinação preventiva, assistência médico-social e programa de prevenção da hipertensão e diabetes e das Lesões por Esforços Repetitivos e dos Distúrbios Osteo-musculares Relacionados ao Trabalho (LER-DORT); 1 disse levantar-se para “alongar os músculos” em intervalos de trabalho e a outra pessoa respondeu nenhuma das alternativas. O eixo da qualidade de vida no ambiente de trabalho foi o gerador deste questionamento e percebe-se que os gestores tem certo conhecimento sobre o tema em análise no Tribunal e em sua

maioria associaram que a melhoria no ambiente físico foi o maior gerador desta qualidade de vida o que contribui para a satisfação das necessidades do trabalhador.

4.3.3 Ações do TJPB quanto ao uso do papel na organização

A seguir foi questionado aos diretores e gerentes sobre que ações, quanto ao uso de papel, eram promovidas pela organização em estudo. As respostas obtidas, conforme a Figura 15, foram as seguintes: 9 pessoas disseram que no Tribunal o papel é usado frente e verso (33%), 2 responderam que o TJPB faz uso de papel reciclado (7%), 21 falaram que existe a confecção de blocos de rascunho com papel usado (78%), 6 disseram que há restrição do número de resmas disponibilizadas aos setores (22%), 2 pessoas falaram que existem outras ações promovidas quanto ao uso de papel na organização (7%) e 6 disseram não saber (22%). A outra ação citada pelas duas pessoas acima foi a implantação do processo eletrônico por parte do Tribunal. O uso racional do consumo do papel é uma forma de o Tribunal contribuir com a responsabilidade socioambiental. De acordo com os dados da pesquisa há essa preocupação por parte do TJPB ao usar o papel frente e verso, ao comprar papel reciclado, ao fazer blocos de rascunho com os papeis usados e ao implantar o Processo Eletrônico o que contribui para economizar papel. A ação de reduzir as resmas disponibilizadas aos setores também contribui para otimizar o uso do papel pelos servidores, tendo em vista que os mesmos terão que ter consciência de que os recursos disponíveis são limitados e devem fazer o uso controlado do papel.

Figura 15: Ações do TJPB quanto ao uso do papel na organização

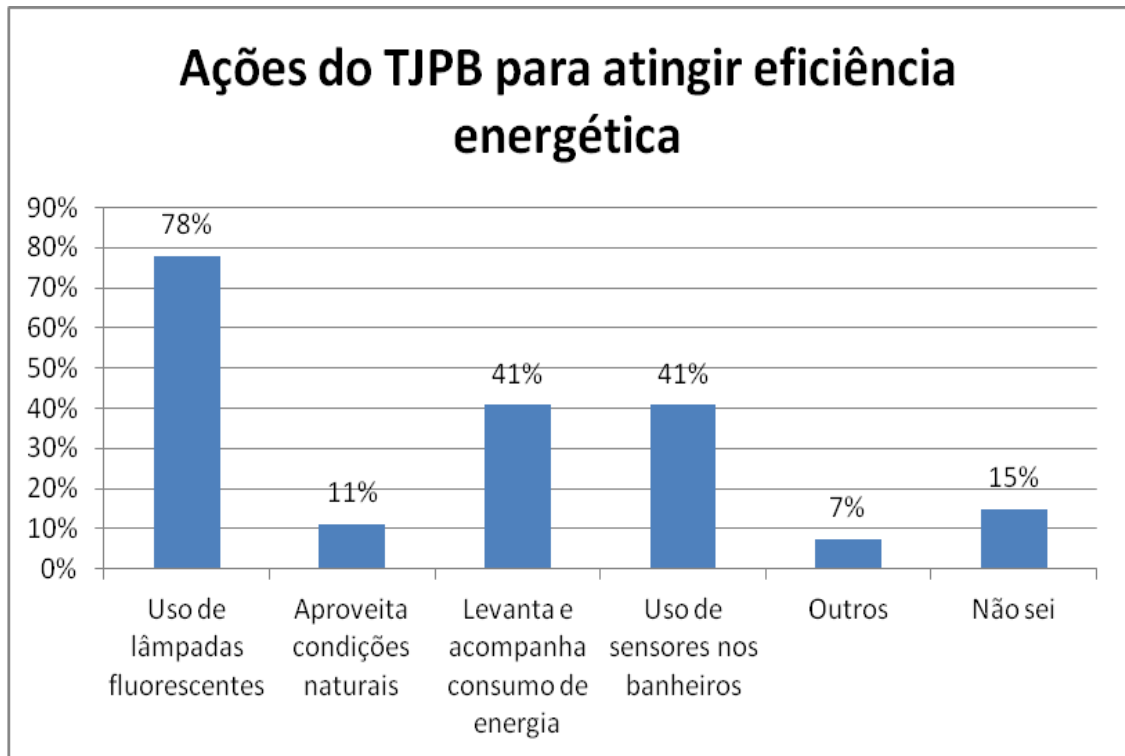


Fonte: Dados coletados em pesquisa (2012)

4.3.4 Ações do TJPB para atingir eficiência energética

Quanto às ações do Tribunal para que se atinja a eficiência energética, obteve-se o seguinte resultado, visto na Figura 16: 21 pessoas disseram que a organização faz uso de lâmpadas fluorescentes (78%), 3 responderam que há o aproveitamento das condições naturais no Tribunal (11%), 11 falaram que o TJPB faz levantamento e acompanhamento do consumo de energia (41%), 11 observaram que se faz uso de sensores nos banheiros (41%), 2 pessoas falaram outras ações promovidas pelo Tribunal (7%) e 4 pessoas não souberam responder (15%). As duas pessoas que falaram outras ações se referiram à contratação de empresa especializada na efficientização do consumo de energia e à substituição de condicionadores de ar de janela por splits.

Figura 16: Ações do TJPB para atingir eficiência energética



Fonte: Dados coletados em pesquisa (2012)

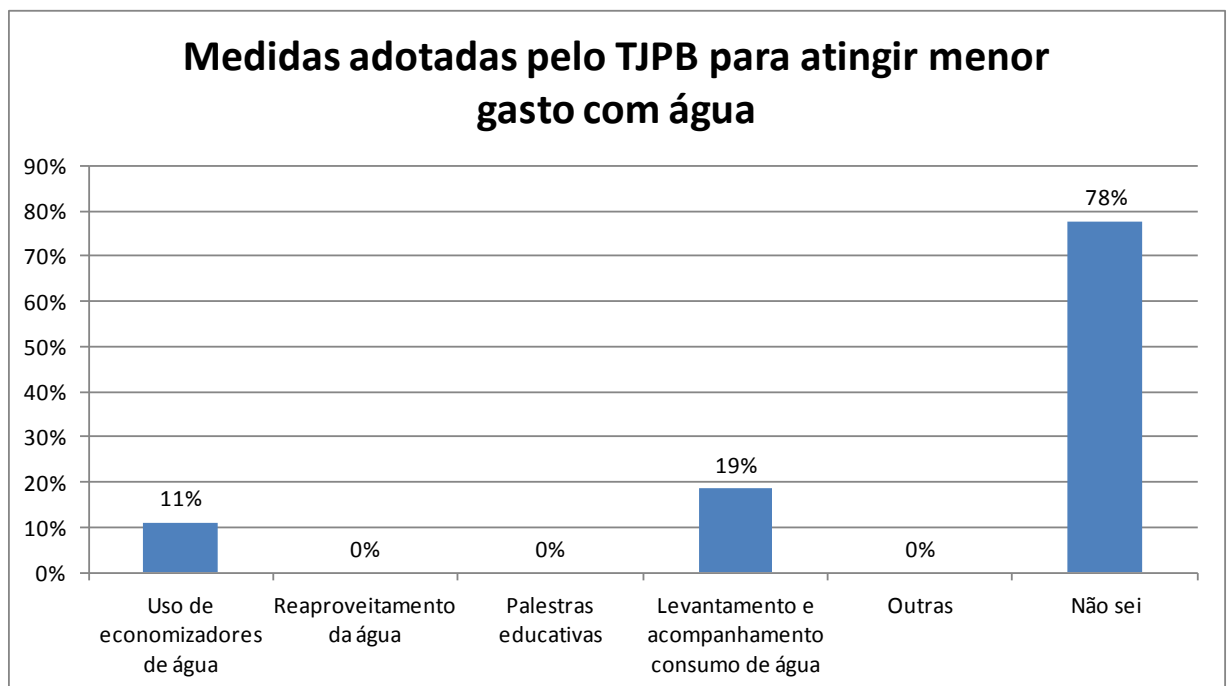
As organizações públicas devem eliminar desperdícios e buscar fontes alternativas de energia. Percebe-se que o uso de lâmpadas fluorescentes foi a maior ação citada pelos gestores para a efficientização energética do Tribunal, sendo seguida pelo uso de sensores nos banheiros e o levantamento e acompanhamento do consumo de energia. Com o uso de sensores nos banheiros permite-se uma redução do consumo com iluminação e ao fazer o acompanhamento dos gastos podem ser estudadas e implementadas ações para a redução do consumo energético no TJPB.

4.3.5 Ações do TJPB para atingir menor gasto com água

Em relação às ações do TJPB para atingir um menor gasto com água, as respostas obtidas estão dispostas na Figura 17, sendo que: 3 pessoas disseram que a organização faz uso

de economizadores de água (11%), nenhuma pessoa disse que o Tribunal faz reaproveitamento de água e palestras educativas (0%), 5 pessoas disseram que se faz levantamento e acompanhamento do consumo de água (19%), nenhuma pessoa disse existir outras ações por parte do Tribunal para alcançar a eficiência energética (0%) e 21 pessoas não souberam responder (78%). Esta pergunta mostrou que as ações da temática “a água e seus múltiplos” não estão difundidas entre os gestores do Tribunal em questão, tendo em vista que 78% não souberam responder. Através do levantamento e acompanhamento do consumo de água, ou seja, através do monitoramento o Tribunal pode implementar ações para atingir o uso racional de água. Saliente-se que as 2 pessoas que disseram na pergunta inicial sobre a temática ambiental, que está em implantação, nos projetos de construção das novas unidades judiciárias o reaproveitamento das águas pluviais e da condensação do sistema de climatização, não fizeram menção desta resposta nesta questão.

Figura 17: Ações do TJPB para atingir menor gasto com água

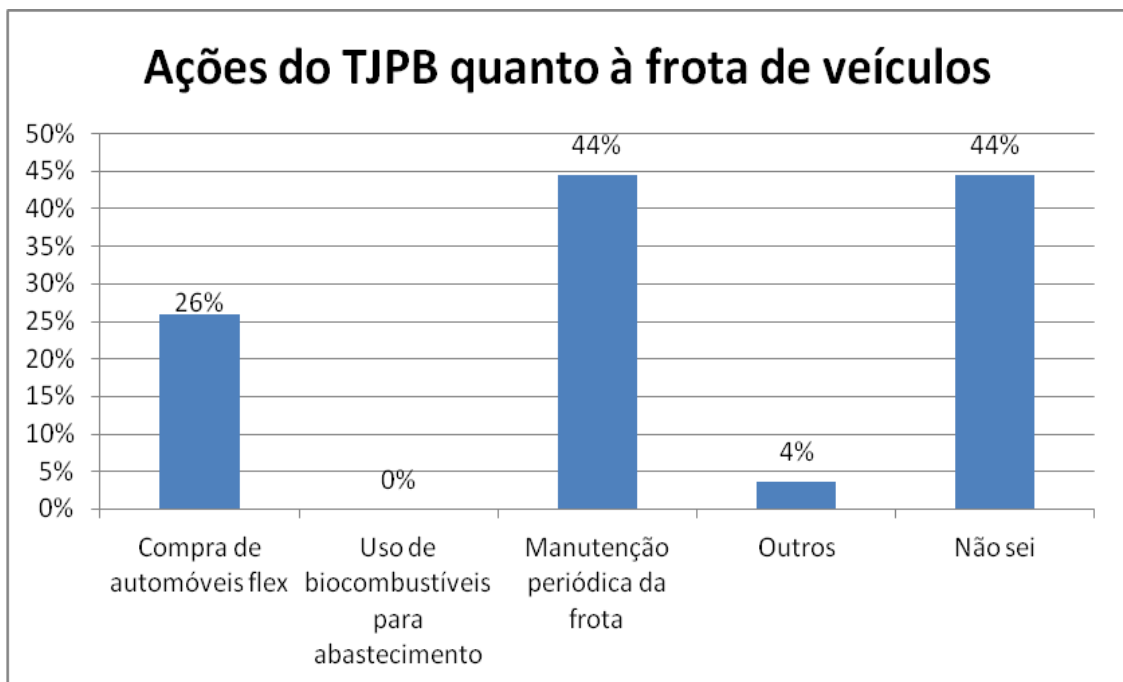


Fonte: Dados coletados em pesquisa (2012)

4.3.6 Ações do TJPB quanto à frota de veículos

Em relação às ações do TJPB quanto à frota de veículos, obteve-se as seguintes respostas, conforme se observa na Figura 18: 7 disseram que o Tribunal compra automóveis flex (26%), ninguém respondeu que o Tribunal faz uso de biocombustíveis para abastecimento (0%), 12 falaram que a organização faz a manutenção periódica da frota (44%), 1 disse outra ação (4%) e 12 pessoas não souberam responder (44%). A pessoa que respondeu outra ação fez menção à substituição de veículos em elevado estado de uso. Percebe-se que a maioria das pessoas ou não sabe sobre o assunto ou disse que se faz a manutenção periódica da frota. O exemplo, na Administração Pública, pode ser dado comprando automóveis econômicos o que não foi dito por ninguém, tendo em vista que disse que há a troca de veículos antigos, mas não se fez menção a economicidade do automóvel e ao fazer uso de combustível de fonte renovável o que pode ser usado pelo Tribunal uma vez que há compra de automóveis flex.

Figura 18: Ações do TJPB quanto à frota de veículos



Fonte: Dados coletados em pesquisa (2012)

A seguir, segue um quadro resumo com as informações relativas à categoria em análise.

Quadro 5: Resumo ações socioambientais realizadas pelo TJPB

| Perguntas | Respostas | Nº de participantes (%) |
|---|--|-------------------------|
| 1 Ações realizadas pelo TJPB para promover uma gestão adequada dos resíduos sólidos gerados | a) Não souberam responder | 17 (63%) |
| | b) Destina adequadamente resíduos perigosos como materiais de saúde e lâmpadas | 5 (19%) |
| | c) Doa materiais recicláveis para cooperativas de catadores de lixo | 2 (7%) |
| | d) Existem coletores na quantidade e tipo adequados ao ambiente de trabalho | 2 (7%) |
| | e) Ações estão em implantação | 1 (3,5%) |
| | f) Nenhuma ação | 1 (3,5%) |
| 2 Ações para promoção da qualidade de vida realizadas pelo TJPB | a) Melhoria no ambiente físico | 17 (44%) |
| | b) Não conhecem nenhuma ação | 10 (37%) |
| | c) Estimula a realização de <i>check-ups</i> periódicos | 8 (30%) |
| | d) Ergonomia | 4 (15%) |
| | e) Vacinação preventiva, assistência médico-social e programa de prevenção da hipertensão, diabetes e LER-DORT | 3 (11%) |
| | f) Ginástica laboral | 3 (11%) |
| | g) Alongamento em intervalo de trabalho | 1 (4%) |
| | h) Nenhuma das alternativas | 1 (4%) |
| 3 Ações realizadas pelo TJPB quanto ao uso de papel | a) Confecção de blocos de rascunho com papel usado | 21 (78%) |
| | b) Uso do papel frente e verso | 9 (33%) |
| | c) Restrição do número de resmas disponibilizadas aos setores | 6 (22%) |
| | d) Não souberam responder | 6 (22%) |
| | e) Implantação do processo eletrônico | 2 (7%) |
| | f) Uso de papel reciclado | 2 (7%) |
| | a) Uso de lâmpadas fluorescentes | 21 (78%) |
| | b) Levantamento e acompanhamento do consumo de energia | 11 (41%) |

| | | |
|---|--|----------|
| 4 Ações para o alcance da eficiência energética no TJPB | c) Uso de sensores nos banheiros | 11 (41%) |
| | d) Não souberam responder | 4 (15%) |
| | e) Aproveitamento das condições naturais do Tribunal (da luz proveniente das janelas) | 3 (11%) |
| | f) Contratação de empresa especializada na eficientização do consumo de energia e substituição de condicionadores de ar de janela por splits | 2 (7%) |
| 5 Ações do TJPB para atingir menor gasto com água | a) Não souberam responder | 21 (78%) |
| | b) Levantamento e acompanhamento do consumo de água | 5 (19%) |
| | c) Uso de economizadores de água | 3 (11%) |
| 6 Ações do TJPB quanto à frota de veículos | a) Manutenção periódica da frota | 12 (44%) |
| | b) Não souberam responder | 12 (44%) |
| | c) Compra de automóveis flex | 7 (26%) |
| | d) Substituição de veículos em elevado estado de uso | 1 (4%) |

Fonte: Dados coletados em pesquisa (2012)

Percebe-se que, nesta categoria, as ações relacionadas à promoção da qualidade de vida, ao uso de papel e à eficiência energética são as mais difundidas entre os gestores. Faz-se necessária a comunicação de todas as ações, em especial as relativas à gestão adequada de resíduos sólidos, ao menor gasto com água e a frota de veículos a todos os gestores. No tópico seguinte será vista a percepção dos gestores sobre a importância das questões abordadas na pesquisa.

4.4 ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DE IMPORTÂNCIA DAS QUESTÕES ABORDADAS NO QUESTIONÁRIO

Nesta categoria a pergunta foi formulada com vistas ao alcance do objetivo específico “verificar a percepção dos gestores do Anexo Administrativo do TJPB quanto à importância dos temas ambientais abordados na pesquisa”. Segue a análise dos dados desta categoria.

Realizou-se a seguinte pergunta “O (a) Sr. (a) considera importante as ações tratadas ao longo deste questionário? Se sim, por quê?”. Com este questionamento verificou-se que os 27 participantes (100%) responderam sim e destes, 17 responderam o porquê de considerarem as ações tratadas no questionário importante. Dos 17 gestores, 10 responderam, em linhas gerais, que deve ser criada uma conscientização de cada membro da sociedade sobre o tema porque se não estaremos fadados a comprometer até nossa subsistência, ou seja, é importante para a preservação da vida e 7 pessoas disseram, em linhas gerais, que se faz necessária a formação de uma cultura de preservação do meio ambiente nas instituições públicas e no TJPB não deve ser diferente até porque o tema é tratado no Planejamento Estratégico do Tribunal e através desta cultura será assegurada redução de custos para os poderes públicos, assegurando melhores condições e qualidade de vida para as populações do futuro.

O quadro resumo a seguir dispõe os dados coletados desta categoria.

Quadro 6: Resumo análise da percepção de importância das questões abordadas no questionário

| Pergunta | Resposta | |
|---|--|-------|
| | Sim | Não |
| O (a) Sr. (a) considera importante as ações tratadas no questionário aplicado | 27 (100%) | ----- |
| Se sim, por quê?* | 10 participantes responderam, em linhas gerais, que deve ser criada uma conscientização de cada membro da sociedade. | |
| | 7 pessoas disseram, em linhas gerais, que se faz necessária a formação de uma cultura de preservação do meio ambiente nas instituições públicas e no TJPB não deve ser diferente e através desta cultura será assegurada redução de custos para os poderes públicos, assegurando melhores condições e qualidade de vida para as populações do futuro | |

*Nesta questão dos 27 participantes, apenas 17 justificaram sua resposta.

Fonte: Dados coletados em pesquisa (2012)

Em resumo, nesta categoria da percepção dos gestores sobre a importância da temática ambiental o resultado obtido foi de que 100% dos participantes disseram que a temática em análise é fundamental para a sociedade. Apesar disto, 25 participantes (93% da amostra) não

sabiam sobre a existência da Agenda Ambiental na Administração Pública devendo, pois, haver maior difusão da mesma frente a todas as organizações públicas do Brasil.

4.5 SUGESTÕES

Diante dos resultados obtidos na pesquisa e para o alcance do objetivo específico (sugerir, caso necessário, implementações relativas à questão ambiental e adesão à A3P), seguem, a seguir, sugestões de melhoria das questões ambientais no TJPB, utilizando-se como base as ideias expostas nas cartilhas da A3P.

- Sugere-se ao TJPB aderir a A3P seja através da assinatura do termo de adesão (em que deve ser formada uma Comissão da A3P, com realização do diagnóstico da instituição e desenvolvimento de projetos e atividades relacionadas ao tema, procurando mobilizar e sensibilizar os servidores e monitorar a avaliar as ações) ou através da REDE A3P;
- caso opte por não aderir a A3P, o Tribunal pode criar uma comissão para discutir a temática junto a toda a organização – conforme ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 13, de 1º de fevereiro de 2013 (Publicada no Diário da Justiça de 04 de fevereiro de 2013), a Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, designou a Comissão Permanente de Planejamento Ambiental e Sustentabilidade, considerando a necessidade de implementar políticas de planejamento ambiental e garantia da sustentabilidade;
- a organização em estudo pode se comprometer para que se alcance o uso racional dos recursos ambientais, com vistas a sensibilizar, conscientizar e envolver todos os servidores através de capacitação, mesmo que o TJPB não adira à A3P;
- sugere-se, também, a realização de reuniões periódicas com todos os gestores para que os mesmos tomem conhecimento das ações ambientais realizadas pelo Tribunal de forma que o saber seja de todos e não de alguns setores específicos;

- procurar disseminar amplamente o Planejamento Estratégico do Tribunal com todos os colaboradores, bem como os resultados alcançados pelos projetos divulgados no mesmo;
- tentar divulgar para toda a sociedade os dados obtidos, ano a ano, pelo Projeto TJ Economia, o qual versa sobre o gasto de papel, água e energia;
- trocar informações e experiências junto a outras organizações públicas relacionadas à sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.

Para maior operacionalização na execução das atividades listadas acima, sugere-se a utilização da ferramenta 5W2H com a finalidade de mapear cada atividade sugerida. Essa ferramenta indica: as etapas, ou seja, o que será feito; por que será feito (justificativa); o local onde será feito; quando será feito (o tempo); quem será responsável por realizar tal atividade; como será feito e quanto custará fazer.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sustentabilidade e a gestão ambiental são temas que devem ser abordados por toda a sociedade e as organizações públicas não devem se eximir de suas obrigações para com a responsabilidade socioambiental.

Como forma de envolver as organizações no desenvolvimento da gestão socioambiental surge o Programa A3P do Governo Federal do Brasil que também visa ao desenvolvimento de uma nova cultura institucional contando com o envolvimento de todos os funcionários para o alcance da sustentabilidade no desenvolvimento das atividades organizacionais, seja através da economia de papel, de água, de energia, seja através das compras sustentáveis e do uso de uma frota de veículos que use combustíveis biodegradáveis, seja através de um ambiente que promova a qualidade de vida dos funcionários.

E neste ambiente atual, diversas organizações vêm demonstrando essa preocupação ambiental ao aderir à A3P ou através de políticas próprias da organização, sendo este o caso do TJPB que através do Planejamento Estratégico abordou a temática ambiental.

Mas para que as ações de responsabilidade socioambiental se concretizem e se disseminem dentro das instituições é necessário que o conhecimento sobre a temática seja do domínio de todos os participantes da instituição e não apenas de partes de um todo.

Em relação ao primeiro objetivo específico desta monografia, fazer revisão bibliográfica sobre o tema gestão ambiental e Agenda Ambiental na Administração Pública, este foi respondido através do tópico *2 Referencial teórico* deste trabalho, no qual foram abordados conceitos importantes como gestão ambiental, política ambiental, Agenda Ambiental na Administração Pública, desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental, e também fez-se uma trajetória do movimento ambientalista os quais cresceram em importância ao longo dos anos, em especial dos anos 70 em diante. Também foram descritas políticas de gestão ambiental no Brasil e falou-se sobre a história, objetivos, eixos temáticos, temas e formas de implantar a A3P.

O segundo objetivo específico, verificar o conhecimento da temática ambiental, mais especificamente dos temas da Agenda Ambiental na Administração Pública, junto aos gestores do Anexo Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba foi respondido no tópico *4.2 Conhecimento acerca das atividades socioambientais entre os participantes do TJPB*. Neste item foi questionado aos gestores sobre o conhecimento acerca das atividades

socioambientais entre os participantes do TJPB; da A3P; da adesão ou possível adesão do TJPB a A3P; da participação do Tribunal na coleta seletiva da cidade de João Pessoa; da sensibilização e capacitação dos servidores quanto à responsabilidade socioambiental; do uso de licitações sustentáveis e da existência, no Tribunal, de monitoramento quanto ao consumo de água, luz e papel. Como resultado, verificou-se que os gestores não sabiam responder a maioria das perguntas. Sugere-se uma maior difusão da temática junto aos gestores da organização e também maior compartilhamento do conhecimento no Tribunal.

Quanto ao terceiro objetivo específico, listar as ações desenvolvidas no Anexo Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba que sejam referentes às questões ambientais no ambiente de trabalho, foi respondido no Tópico 4.3 *Ações socioambientais realizadas pelo TJPB*. Perguntou-se sobre as ações realizadas pelo TJPB: para promover uma gestão adequada dos resíduos sólidos gerados; para promover qualidade de vida na organização; quanto ao uso de papel; para o alcance da eficiência energética; para atingir menor gasto com água e quanto à frota de veículos. Através das respostas obtidas na pesquisa, verificou-se que apenas as ações relacionadas à qualidade de vida, ao consumo de papel e as ações para atingir a eficiência energética são de conhecimento da maioria dos gestores do TJPB. Já as ações ligadas à gestão adequada de resíduos sólidos, ao uso de água e a frota de veículos eram do conhecimento de poucos gestores. A explicação para este resultado é decorrente do fato de que no TJPB cada setor possui competências próprias e apesar de este tema ser geral, apenas alguns setores estão “a par” do assunto.

Em relação ao quarto objetivo específico, verificar a percepção dos gestores do Anexo Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba quanto à importância dos temas relacionados a temática ambiental, respondeu-se no tópico 4.4 *análise da percepção de importância das questões abordadas no questionário*, em que se perguntou aos gestores participantes sua opinião sobre a importância ou não das ações tratadas no questionário aplicado. Obteve-se como resultado que 100% dos participantes consideram a temática abordada fundamental para a sociedade.

O quinto objetivo específico, sugerir, caso necessário, implementações relativas à questão ambiental e adesão a A3P, foi respondido no tópico 4.5 *Sugestões*, no qual se sugere ao TJPB: adesão à A3P ou a criação de uma comissão para discutir a temática junto a toda a organização; a capacitação dos servidores; a realização de reuniões periódicas com todos os gestores; a divulgação ampla do Planejamento Estratégico do Tribunal com todos os

colaboradores, bem como a divulgação dos dados obtidos, ano a ano, pelo Projeto TJ Economia, o qual versa sobre o gasto de papel, água e energia; o incentivo a participação dos servidores para que promovam melhores práticas ambientais; a troca de informações e experiências junto a outras organizações públicas relacionadas à sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.

Quanto ao objetivo geral, identificar quais são as atividades relativas a questões ambientais realizadas no Anexo Administrativo do TJ PB, usando como modelo critérios ambientais apresentados no programa da A3P, este foi respondido ao longo do trabalho, com as análises e interpretações dos questionários. Verificou-se que existem atividades relacionadas: a qualidade de vida (melhoria no ambiente físico, estímulo a realização de *check-ups* periódicos, vacinação preventiva, assistência médico-social e programa de prevenção da hipertensão, diabetes e LER-DORT, dentre outros); ao consumo de papel (como a confecção de blocos de rascunho com papel usado, uso do papel frente e verso); a eficiência energética (uso de lâmpadas fluorescentes, levantamento e acompanhamento do consumo de energia, entre outros); a gestão adequada de resíduos sólidos (como a destinação adequada dos resíduos perigosos de materiais de saúde e lâmpadas, doação de materiais recicláveis para cooperativas de catadores de lixo); ao uso de água (levantamento e acompanhamento do consumo de água, uso de economizadores de água) e a frota de veículos (manutenção periódica da frota, compra de automóveis flex).

Percebeu-se que muitos gestores não sabiam responder a todas as questões formuladas e a explicação disto pode ser decorrente ao fato de que no TJPB cada setor possui competências próprias e apesar do tema ser geral, apenas alguns desses setores estão “a par” do assunto. Na aplicação do questionário, muitos disseram que não sabiam sobre todo o assunto abordado no questionário, e que cada questão era da competência de alguns setores específicos do Anexo Administrativo do TJPB.

Este é um tema que precisa ser mais discutido dentro da organização em questão, sendo fundamental que todos tenham conhecimento sobre o assunto não permanecendo este restrito de forma exclusiva a alguns setores. Logo, faz-se uma crítica a essa forma “departamentalizada” de conhecimento, principalmente quanto a um tema tão abrangente como o tratado nesta monografia que deveria ser de conhecimento de todos os gestores, de todos os colaboradores da organização e de toda a sociedade.

Não obstante o problema levantado, percebe-se ações do TJPB no sentido de reverter essa situação, sendo exemplo disso a convocação dos servidores que compõem o Poder

Judiciário para criar um slogan para a campanha de conscientização ambiental, conforme notícia divulgada no site do TJPB em data de 13 de março de 2013. A Comissão Permanente de Planejamento e Gestão Ambiental e Sustentabilidade do TJPB irá lançar uma campanha para uso racional dos recursos materiais utilizadas pela instituição e nas unidades judiciárias e, para isto, estão convocando todos que compõem o judiciário estadual a enviarem sugestões para a criação do slogan da campanha. A ideia é difundir a campanha entre todos os servidores e fazer com que o Tribunal sirva de exemplo e de guia para os demais setores da sociedade.

Espera-se que esta monografia sirva como referência a novos estudos das questões ambientais, principalmente na área pública, e que o TJPB possa aprimorar as atividades ambientais já existentes na organização, bem como ampliar a comunicação das mesmas perante todos os integrantes do Tribunal.

REFERÊNCIAS

AGENDA, **Agenda Ambiental na Administração Pública**. Brasília: MMA SDS PNEA, 2001. 80p.

AGENDA 21 brasileira: ações prioritárias/ Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. 2ª Ed. Brasília: MMA, 2004. 138p.

ARAÚJO, G. C. de, *et al.* **Sustentabilidade empresarial: conceito e indicadores**. In: III CONVIBRA – 24 a 26 de novembro de 2006. Disponível em: <http://www.convibra.com.br/2006/artigos/61_pdf.pdf>. Acesso em: 08 abril 2012.

BARRETO, P. TCC I. **Notas de aula**. João Pessoa, 07 mar, 2012.

BRANCO, A.; MARTINS, M. **Desenvolvimento sustentável na gestão de serviços públicos: responsabilidade socioambiental e informe social**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. **A3P - Agenda Ambiental na Administração Pública**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/marco-legal>>. Acesso em: 07 abr. 2012.

BRASIL. **Agenda Ambiental na Administração Pública**. Brasília: MMA/SAIC/DCRS/A3P, 2009, 5ª ed. Revista e atualizada. 100p. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf. Acesso em: 07 abril 2012.

BRASIL. **Como implantar a A3P**. Brasília: MMA/SAIC/DCRS/A3P, [2008]. 28p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_intermediria_laranja__1a_edio_36.pdf>. Acesso em: 07 abril 2012.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, 31 ago 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 01 maio 2012.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 19 set 1990. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/lei8080.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2012.

BRASIL. **Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o

inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Brasília, 8 jan 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm>. Acesso em: 01 maio 2012.

BRASIL. **Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998.** Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília, 27 mai 1998. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2007/11/lei-9649-de-1998.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2012.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 27 abr 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 01 maio 2012.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 10 jul 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 01 maio 2012.

BRASIL. **Lei nº 8.746, de 9 de dezembro de 1993.** Cria, mediante transformação, o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, altera a redação de dispositivos da **Lei 8.490**, de 19 de novembro de 1992, e dá outras providências. Brasília, 9 dez 1993. Disponível em: <<http://www.leidireto.com.br/lei-8746.html>>. Acesso em: 01 maio 2012.

BEHRENDTS, L. **O movimento ambientalista como fonte material do direito ambiental** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. 87 p.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 22 abr. 2012.

DONAIRE, D. **Gestão ambiental na empresa.** 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ESTEVAM, F.; PESTANA, G.; LEAL, T. **Ambientalismo: uma perspectiva histórica.** Recife, 2008. Disponível em: <http://www.slideshare.net/pedro_s/histria-do-ambientalismo>. Acesso em: 22 abril 2012.

FERNANDEZ-VÍTORA, V. **Los instrumentos de la gestion ambiental en la empresa.** Ediciones Mundi-Prensa: Madrid. 1997. 541p. Disponível em: <

http://books.google.com.br/books?id=bHgEfo9Zc7cC&pg=PA5&hl=es&source=gbs_selected_pages&cad=3#v=onepage&q&f=false >. Acesso em: 15 abril 2012.

FOGLIATTI, M. C., et al. **Sistema de gestão ambiental para empresas**. 2. Ed – Rio de Janeiro: Interciência, 2011. Cap. 1 – P. 3-14.

FORUM SOCIAL MUNDIAL. Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=2&cd_language=1>. Acesso em: 03 maio 2012.

IBAMA. **Como o IBAMA exerce a educação ambiental/** Coordenação geral de educação ambiental. - Brasília: Edições Ibama, 2002.

LUCAS, A. C., et al. **Identificação de Práticas de Gestão voltadas à Questão de Gênero: um Estudo a partir das Melhores Empresas para você Trabalhar**. In: XXXIV encontro da ANPAD. Rio de Janeiro. 25 a 29 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.progep.org.br/MelhoresEmpresas/InfoDocs/LUCAS%20A_2010_Identifica%C3%A7%C3%A3o%20de%20Pr%C3%A1ticas%20de%20Gest%C3%A3o%20voltadas%20C3%A0%20Quest%C3%A3o%20de%20G%C3%AAnero.pdf>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2013.

MCORMICK, J. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/55372947/McCORMICK-John-Rumo-ao-Paraiso-A-historia-dos-movimentos-ambientalistas>>. Acesso em: 22 abril 2012.

PELICIONI, A. Trajetória do Movimento Ambientalista. In: PHILIPPI JR, A.; ROMÉRO, M.; BRUNA, G. **Curso de gestão ambiental**. Barueri, SP: Manole, 2004. Cap. 12. P. 431-457.

PHILIPPI JR, A.; BRUNA, G. Política e Gestão Ambiental. In: PHILIPPI JR, Arlindo; ROMÉRO, Marcelo; BRUNA, Gilda. **Curso de gestão ambiental**. Barueri, SP: Manole, 2004. Cap. 18, P. 657-711.

PHILIPPI JR, A.; ROMÉRO, M.; BRUNA, G. Uma introdução à questão ambiental. In: _____. **Curso de gestão ambiental**. Barueri, SP: Manole, 2004. Cap. 1, P. 3-16.

POL, E. A gestão ambiental, novo desafio para a psicologia do desenvolvimento sustentável. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 8, n. 2, ago. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2003000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 22 abr. 2012.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso.** 3. Ed. 6. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

ROSSATO, J. **Compras Públicas Sustentáveis: estudo nas Instituições Federais de Ensino Superior a partir das comissões permanentes de licitação,** 2011, 128 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.

SAITO, A. **A importância da gestão do conhecimento.** VocêRH, 24 Fevereiro 2012. Disponível em: <<http://revistavocerh.abril.com.br/materia/a-importancia-da-gestao-do-conhecimento>>. Acesso em: 04 mar 2013.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTOS, R. **Conservação e Gestão de Recursos naturais.** Campinas: Unicamp, 1998.

SCARDUA, F. **Governabilidade e descentralização da gestão ambiental no Brasil.** Brasília: UnB, 2003. 256 f. Tese de Doutorado - Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 2003.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SENADO FEDERAL. **Decreto nº 73.030, de 30 de outubro de 1973.** Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=73030&tipo_norma=DEC&data=19731030&link=s>. Acesso em: 01 maio 2012.

SUA PESQUISA. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/geografia/protocolo_kyoto.htm>. Acesso em: 22 abril 2012.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA. **Comarcas.** Disponível em: <<http://www.tjpb.jus.br/portal/page/portal/tj/home>>. Acesso em: 07 abril 2012.

VALLE, C. E. do. **Qualidade ambiental: ISO 14000.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2002. Cap. 1 – P. 17-43 e Cap. 3 – P. 69-96.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 9. Ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

APÊNDICE A – Questionário aplicado

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Fui informado (a), pela aluna do curso de Administração da UFPB, Dayse Carvalho Farias, sobre a realização da pesquisa de conclusão de curso intitulada “Práticas ambientais no serviço público segundo critérios da Agenda Ambiental na Administração Pública: a percepção dos gestores do anexo administrativo do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba”. Sinto-me esclarecido (a) a respeito dos objetivos do mesmo. Deverei responder ao questionário e não serei identificado (a) na divulgação dos resultados da pesquisa.

Assino, pois, o presente documento, concordando que a aluna pesquisadora poderá utilizar as informações que colher para elaboração de seu trabalho de conclusão de curso, bem como publicação nos veículos científicos e ou de divulgação que achar conveniente.

João Pessoa,

Participante voluntário:

Aluna: Dayse Carvalho Farias

Pesquisador responsável: Professor Dr. Egidio Luiz Furlanetto

QUESTIONÁRIO

Dados Sócio-econômicos

Sexo

() Masculino () Feminino

Faixa etária*

() Entre 18 e 25 anos () Entre 25 e 32 anos () Entre 32 e 39 anos
 () Entre 39 anos e 46 anos () Acima de 46 anos

Nível de escolaridade

() Nível médio () Nível superior incompleto () Nível Superior
 Completo () Pós graduado () Mestrado () Doutorado

Tempo de serviço no Tribunal

() Menos de 5 anos () Entre 5 e 10 anos () Entre 10 e 15 anos ()
 Entre 15 e 20 anos () Mais de 20 anos

Cargo

() Diretor () Gerente

Dados relativos à opinião e conhecimento de questões ambientais na organização:

1 O Sr. (a Sra.) sabe se o Tribunal possui alguma atividade referente às questões socioambientais no ambiente de trabalho?

() Sim () Não

Se sim, qual (is) é (são) esta (s) atividade (s)? Como essa (s) atividade (s) iniciou? De quem foi a iniciativa? Ela foi imposta, ou houve consenso a partir das discussões?

*Em relação à faixa etária, saliente-se que o critério para esta classificação etária foi da pesquisadora.

2 O Sr. (a Sra.) conhece a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) ?

() Sim () Não

3 O TJPB aderiu ou pretende aderir a A3P?

() Sim () Não () Não sei

4 O Tribunal participa da coleta seletiva da cidade?

() Sim () Não () Não sei

5 A organização em questão promove a sensibilização e capacitação dos servidores no que se refere à responsabilidade socioambiental?

() Sim () Não () Não sei

6 O Tribunal prioriza a compra ou contratação de bens e serviços considerados ambientalmente sustentáveis?

() Sim () Não () Não sei

7 Existe monitoramento acerca do consumo de água, luz, papel no Tribunal? Se sim, como se realiza tal monitoramento?

8 Quais ações o Tribunal realiza quanto a gestão adequada de resíduos sólidos gerados?

() destinação adequada de resíduos perigosos (ex.: materiais de saúde, lâmpadas)

() doação de materiais recicláveis para cooperativas de catadores de lixo

() Uso de containers para descarte adequado

() Quantidade e tipo adequados de coletores para os ambientes de trabalho

() Outras _____

9 Qual(is) da(das) ação(ações) abaixo, voltadas para a qualidade de vida no ambiente de trabalho, o TJ realiza?

- Ginástica laboral
- ergonomia
- melhoria do ambiente físico
- estímulo à realização de *check-ups* periódicos
- Outros _____

10 Que ações o TJPB tem adotado quanto ao uso de papel na organização?

- Uso do papel frente e verso
- Uso de papel reciclado
- Uso de papel usado para fazer blocos de rascunho
- Restrição do número de resmas disponibilizadas aos setores
- Outras _____

11 Que ações o TJPB adota para atingir a eficiência energética?

- Uso de lâmpadas fluorescentes
- Aproveitamento das condições naturais do ambiente de trabalho (iluminação natural, ventilação)
- Levantamento e acompanhamento do consumo de energia
- Uso de sensores nos banheiros
- Outros _____

12 Que medidas são adotadas pelo Tribunal para atingir o menor gasto possível com água?

- Troca de equipamentos convencionais por economizadores de água
- Reaproveitamento da água
- Palestras educativas
- Levantamento e acompanhamento do consumo de água
- Outras _____

13 Em relação à frota de veículos, o Tribunal realiza qual (quais) ação (ações) de proteção ambiental?

() Compra de automóveis flex

() Uso de biocombustíveis para abastecimento dos automóveis

() manutenção periódica da frota

() Outras _____

14 O Sr. (a Sra.) considera importante as ações ambientais tratadas neste questionário?

() Sim () Não

Se sim, por quê?
